

RELATÓRIO ANUAL



Fundação Francisco Manuel dos Santos

Largo Monterroio Mascarenhas, 1 – 7.º · 1099-081 Lisboa
NIF: 508 867 380 · Telf: 21 001 58 00 · ffms@ffms.pt

Título Relatório Anual 2018

Revisão de texto Joana Vicente Pinto

Design e paginação Guidesign

Impressão Guide Artes Gráficas, Lda.

© **FFMS, Maio 2019**

**RELATÓRIO
ANUAL**

**20
18**

A FUNDAÇÃO em NÚMEROS

8
1
0
2

Estudos



18

estudos em desenvolvimento



7

estudos publicados



10.553

downloads de estudos
(+ 67% vs. 2017)

Publicações



18

livros publicados



82.000

livros oferecidos



78%

de crescimento na loja online
(vs. 2017)

Digital



61
eventos difundidos
em *streaming*



203.000
seguidores nas redes sociais
(+ 24% vs. 2017)



1.600.000
de espectadores do programa
Fronteiras XXI

Pordata



1.650.000
visitas (+ 11% vs. 2017)



5
Retratos publicados
(*Homens e Mulheres,*
Madeira, Açores,
Portugal, e Portugal
na Europa)



382
formações em literacia
estatística

Comunicação & Marketing



61
eventos
(260 oradores,
6500 participantes em sala)



7
parcerias
com órgãos
de comunicação
social



2.761
notícias publicadas

Índice



Relatório de Actividades

- 9 Introdução
- 11 Órgãos Sociais
- 12 Informação Interna
- 13 Participação no Centro Português de Fundações
- 13 Gestão Operacional
- 15 Coordenação Científica
- 23 Publicações
- 25 Área Digital
- 26 Pordata
- 28 A Fundação e os *Media*
- 31 Marketing e Eventos
- 34 Relatório Financeiro do Exercício de 2018
- 35 Perspectivas para 2019



Relatório e Contas

- 38 Balanço
- 39 Demonstração dos Resultados por Naturezas
- 40 Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)
- 41 Anexo
- 58 Certificação Legal das Contas
- 61 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



Anexos

- 64 Carta de Princípios
- 65 Estatutos
- 72 Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas
- 81 Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013
- 83 Despacho de Autorização de Alteração Estatutária
- 85 Organigrama da Fundação
- 86 Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação
- 87 Lista de *Sites* da Fundação
- 90 Protocolos e Parcerias em Vigor
- 94 Órgãos Sociais da Fundação
- 94 Academia Pordata, Acções de Formação em 2018
- 95 Vendas Acumuladas dos Ensaios da Fundação, 2010-2018
- 97 Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014-2018



Relatório de Actividades

EUROPEAN CITIZEN'S PRIZE 2018



honouring Exceptional European



Introdução

A Fundação Francisco Manuel dos Santos prosseguiu em 2018 a concretização dos objectivos para que foi criada, intensificando o estudo da economia, das instituições e da sociedade portuguesa, por forma a tornar possível um debate mais informado e rigoroso entre todos os cidadãos. Observando um dos princípios essenciais do seu Fundador, Alexandre Soares dos Santos, a FFMS pautou a sua actuação por rigorosos critérios de independência, pluralismo, apartidarismo e trabalho perseverante, correspondendo assim aos desígnios da Família Fundadora, e que tão justamente fundamentaram a atribuição do Prémio do Cidadão Europeu por parte do Parlamento Europeu.

<
Prémio do Cidadão Europeu
Bruxelas, Parlamento Europeu
9 de Outubro de 2018.

No ano de 2018, a Fundação procedeu a mudanças significativas nos seus Órgãos Sociais e ainda a uma remodelação profunda da Direcção e equipa de Estudos nas áreas científicas, instituições e sociedade, por forma a prosseguir com redobrado vigor a implementação do Programa de Estudos para o triénio 2018-2020 que se encontra em curso. Foram identificados novos mecanismos para o lançamento de projectos e adoptados novos procedimentos para a respectiva selecção e adjudicação entre a comunidade científica.

O ritmo de preparação e apresentação de estudos foi acompanhado pela área das edições, com o lançamento de novos Ensaios e Retratos, representando este acervo da Fundação um contributo de grande valia para a cultura e a ciência em Portugal. Reforçar a credibilidade da Fundação como centro criador de pensamento de qualidade, indo ao encontro do que é produzido nas mais reputadas



instituições universitárias e científicas, é um objectivo essencial para alcançar os compromissos de qualidade estabelecidos com os Portugueses. As plataformas digitais – em especial a Pordata – somam conteúdos de enorme alcance, que, em 2018, a Fundação soube ampliar através de parcerias com diversos órgãos de comunicação social – de que é exemplo o programa televisivo *Fronteiras XXI* – e de uma dinâmica política de comunicação de eventos, conferências e debates, espalhados por todo o país. Em 2018, pela primeira vez, foi lançada uma Escola de Verão, especialmente dedicada ao debate entre jovens.

Temas de tão elevada importância como o trabalho, a pobreza, a igualdade de género ao longo da vida, a qualidade da governação local ou as opções religiosas na área metropolitana de Lisboa mereceram, por parte da Fundação, uma abordagem de forte impacto público. Congregar qualidade e notoriedade de forma harmoniosa e inteligente foi um dos objectivos fundamentais da actuação da Fundação, por forma a garantir que é cada vez mais exigente o nível de participação na elaboração

dos seus programas e cada vez mais abrangente o alcance da divulgação das suas iniciativas.

A Fundação manteve padrões exigentes e transparentes na gestão operada durante o ano de 2018, absorvendo as dotações recebidas da Família Instituidora para execução dos programas aprovados e constituindo, ao mesmo tempo, um reforço para reservas indispensável para dotar a Fundação dos meios necessários para enfrentar com segurança conjunturas menos favoráveis ou circunstâncias em que se justifiquem despesas suplementares de natureza extraordinária. Em cumprimento da legislação adequada, a Fundação elaborou no ano corrente um Código de Boas Práticas para reforçar a observância de princípios deontológicos e éticos quanto ao procedimento

A Fundação manteve padrões exigentes e transparentes na gestão operada durante o ano de 2018



dos seus responsáveis estatutários e dos seus colaboradores e pautar a sua conduta para com o público por regras muito claras de actuação, na sequência do que vem a ser feito à escala europeia e mundial. Os resultados alcançados em 2018 permitem à Fundação Francisco Manuel dos Santos – uma Fundação portuguesa – caminhar com tranquilidade e segurança, mas com enorme dinâmica de serviço, para o ano de 2019, em que comemora o décimo aniversário da sua existência, ao serviço da liberdade e de Portugal.

Os pressupostos para a criação da Fundação Francisco Manuel dos Santos mantêm-se tão actuais como no momento do seu arranque. As sociedades precisam cada vez mais de instituições independentes, que fomentem o conhecimento e a sua redistribuição, propiciem o debate e o façam em harmonia com cânones de seriedade, objectividade e verdade, sem excluir ninguém, antes apelando à participação redobrada dos que possuem, ou querem adquirir, ideias, se norteiam pelo diálogo e apostam em ter opinião no espaço público dos tempos de hoje.

Órgãos Sociais

2018 foi marcado pelo final dos mandatos de todos os Órgãos Sociais da Fundação, o que determinou várias alterações na sua composição.

No Conselho de Administração: cessou funções o administrador Pedro Magalhães, Director de Estudos da Fundação, tendo sido nomeado administrador Gonçalo Saraiva Matias, que assumiu igualmente a Direcção Científica. A administradora Mariana França Gouveia cessou igualmente funções, tendo sido nomeado administrador Nuno Crato. O administrador José Soares dos Santos foi nomeado curador, tendo sido nomeada administradora Inês Soares dos Santos Canas.

No Conselho de Curadores cessaram funções Maria Helena Nazaré e Luís Valente de Oliveira, tendo sido nomeados curadores, além de José Soares dos Santos, Alda Carvalho e Nuno Garoupa.

No Conselho Fiscal, foi alterada a empresa auditora das contas da Fundação, que ficou a cargo da EY.

No final de 2018, os Órgãos Sociais da Fundação eram compostos pelos seguintes membros:

Conselho de Curadores: Alexandre Soares dos Santos (Presidente), Alda Carvalho, Eduardo Marçal Grilo, José Soares dos Santos, Luís Amado, D. Manuel Clemente, Nuno Garoupa.

Conselho de Administração: Jaime Gama (Presidente), António Lobo Xavier, António Araújo, David Lopes, Gonçalo Saraiva Matias, Inês Soares dos Santos Canas, Fátima Barros, Maria Manuel Mota, Nuno Crato.

Conselho Fiscal: Henrique Soares dos Santos (Presidente), Paula Prado, EY.

Comissão Executiva: A Comissão Executiva, constituída por membros do Conselho de Administração, e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, Jaime Gama, é responsável pela gestão corrente da Fundação. Integra ainda os administradores David Lopes (Director-geral), António Araújo (Director de Publicações) e Gonçalo Matias (Director de Estudos).

Durante o ano de 2018, a Comissão Executiva realizou 33 reuniões, cujas actas forma remetidas para os membros do Conselho de Curadores e Conselho de Administração.

As relações com a Família Fundadora desenrolaram-se da melhor forma em 2018, como tem sido prática desde a criação da FFMS. Em especial, o Conselho de Administração tem obtido do Fundador e

Presidente do Conselho de Curadores toda a colaboração e apoio, no absoluto respeito pela independência e autonomia de actuação dos Órgãos Sociais.

O Conselho de Administração reconhece e sublinha a acção desenvolvida pelo Conselho de Curadores ao longo do ano de 2018 e, bem assim, o papel dos administradores e dos curadores cessantes na consolidação da actividade da Fundação.

Informação Interna

Durante o ano de 2018, a Comissão Executiva do Conselho de Administração continuou a informar de forma regular e circunstanciada os Órgãos Sociais sobre as actividades da Fundação, nomeadamente através do envio periódico das actas das suas reuniões aos membros dos Conselhos de Administração e de Curadores. Para melhor disseminar a informação relativa às actividades organizadas, a *newsletter* da Fundação continuou a ser publicada com regularidade mensal.

O agendamento de eventos públicos da Fundação foi sendo coordenado com os Órgãos Sociais durante o ano de 2018. Novas propostas de projectos ou actividades foram discutidas ao longo do ano com os membros dos corpos sociais,

em reuniões informais. Continuaram igualmente as reuniões periódicas, de natureza executiva, entre os Presidentes dos Órgãos Sociais para assegurar total consonância de agendas e de objectivos.

Participação no Centro Português de Fundações

No ano de 2018, a Fundação Francisco Manuel dos Santos manteve, através do administrador António Araújo, participação activa na Direcção do Centro Português de Fundações, no âmbito do qual foram levadas a cabo, no plano nacional e internacional, diversas acções de defesa e promoção do sector fundacional português, com destaque para as comemorações do Dia Europeu das Fundações e Doadores, o Encontro Nacional de Fundações e o Cultural Heritage Foundations Knowledge Exchange.

Neste contexto, e uma vez que neste ano o administrador António Araújo foi designado, por indicação do Centro Português de Fundações, para integrar a nova Direcção do Centro, cumpre salientar o papel da Presidente dessa entidade, Maria do Céu Ramos (Fundação Eugénio de Almeida), e, bem

assim, dos restantes vogais de Direcção: Rui Esgaio, da Fundação Calouste Gulbenkian; Fernando Sampaio Maia, da Fundação Comendador Joaquim de Sá Couto; e Carlos Andrade, da Fundação AFID Diferença.

Gestão Operacional

A equipa da Fundação terminou o ano de 2018 com uma notícia de grande significado: num estudo, implementado desde a sua criação, foi registado no final do ano que os Portugueses a reconhecem, em termos de notoriedade, como a quarta fundação portuguesa. Esta dimensão de reconhecimento terá muitas razões, algumas das quais se tornarão evidentes ao longo deste relatório. De forma resumida, sublinham-se as seguintes:

1. Rigor e qualidade dos conteúdos produzidos e disponibilizados;
2. Preocupação permanente em garantir que os conteúdos (os dados, os estudos, as publicações, etc...) são produzidos com o objectivo de chegar ao maior número possível de Portugueses, a par de públicos segmentados e especializados. Salienta-se nesta dimensão a curadoria dos conteúdos, em formas infográficas, digitais e de narrativa compreensiva e universal;

3. O envolvimento dos órgãos de comunicação social e a dinamização dos meios digitais da Fundação como forma de disseminar e amplificar estes mesmos conteúdos;
4. A qualidade técnica de uma equipa estável e ambiciosa que faz do resultado do seu trabalho o ponto de partida para novos desafios.

A equipa de gestão operacional da Fundação continuou, em 2018, a ser liderada pelo administrador, membro da Comissão Executiva e Director-geral, David Lopes, encontrando-se organizada por áreas, com a seguinte composição:

Conteúdos: Mónica Vieira (coordenadora), Clara Valadas-Preto e João Tiago Gaspar;

Marketing e Eventos: Marta Lopes (coordenadora), Richard Freuis e Joana Batista;

Digital e Redes Sociais: Maria Ferreira (coordenadora) e Rui Rocha;

Comercial: Susana Norton (coordenadora) e Duarte Vaz Pinto (consultor externo);

Audiovisual: Joana Ferreira da Costa (coordenadora do programa *Fronteras XXI*), Joana Vicente Pinto (assistente editorial) e António Borga (consultor externo);

Finanças: José Quinta;

I.T. e Sistemas: Rui Pimentel;

Apoio Jurídico: Maria Ferreira;

Assessoria de Imprensa: Clara Valadas-Preto.

A Comissão Executiva é apoiada nas suas funções por Maria Boavida, na sua qualidade de assessora, e por Isabel Bernardes, na sua qualidade de assistente executiva

da Administração. Maria Boavida presta também apoio ao Presidente do Conselho de Administração.

Dada a natureza específica das suas funções, a Pordata é composta por duas equipas: a equipa central e interna, liderada por Maria João Valente Rosa, e constituída por Rita Rosado, Luísa Barbosa, Inês Vidigal, Mónica Santos e Diogo Guerreiro; e a equipa da Academia Pordata, responsável pela formação externa e presencial, liderada por Bernardo Gaivão e constituída por Constança Félix da Costa e Sofia Soares.

Os colaboradores referidos constituem a totalidade da estrutura operacional e de gestão, responsável pela actividade diária da Fundação, que tem como missão gerir e implementar, sob orientação da Comissão Executiva, os planos de actividades anuais e plurianuais aprovados pelos Conselhos de Administração e de Curadores. Às responsabilidades referidas junta-se a comunicação interna que é distribuída, em ritmo mensal, a todos os membros dos Órgãos Sociais.

Além dos princípios de organização e comunicação, a Fundação implementa internamente um sistema de objectivos pessoais, que são geridos e acompanhados pelos próprios colaboradores da Fundação, no respeito pelas melhores práticas organizacionais. Conjugados, estes princípios têm permitido uma crescente capacidade de concretização, mas também uma grande transparência na forma como a Fundação se organiza e cumpre a sua missão.

Com uma equipa reduzida, a Fundação tem no seu planeamento interno e na capacidade de gerar e gerir parcerias as principais formas de conseguir desenvolver uma agenda pública muito intensa.

De certa forma, a Fundação rege-se pelo princípio de que a capacidade de trabalho instalada é equivalente ao empenho dos seus recursos humanos, aliada à capacidade de envolver os cidadãos e as instituições na sua missão.

Coordenação Científica



o ano de 2018 registou algumas alterações na equipa de Estudos. Na sequência

da cessação de funções do Director de Estudos, Pedro Magalhães, foi nomeado administrador e membro da Comissão Executiva Gonçalo Matias, para liderar a Coordenação Científica da Fundação. Procedeu-se também à nomeação dos consultores para as três áreas científicas. Assim, na área da Economia, passou a exercer funções Fernando Alexandre, Professor da Universidade do Minho; na área das Instituições, Carlos Jalali, Professor da Universidade de Aveiro e Presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política; e na área de Sociedade, Maria Luísa Lima, Professora Catedrática do ISCTE.

As alterações não se limitaram à equipa de colaboradores, tendo também sido introduzidas mudanças no processo de admissão, selecção e adjudicação de propostas de estudos.

Os Órgãos Sociais da Fundação tinham já aprovado o programa de estudos para o novo triénio (2018-2020), do qual podem retirar-se algumas conclusões relevantes:

- › A identificação temática a seguir, cabendo depois à equipa de estudos a selecção concreta dos tópicos a investigar;
- › A determinação de um menor número de estudos, sem redução de orçamento global, de modo a aumentar o seu impacto social e, bem assim, permitir um melhor acompanhamento por parte da equipa;
- › Um maior controlo por parte da Fundação dos temas a estudar, bem como do seu impacto público.

Dando cumprimento a estas determinações, a equipa de estudos adoptou um novo modelo de selecção de propostas.

Desde logo, foi organizada uma sessão de apresentação do programa de estudos, em Junho, dirigida aos centros de investigação com melhor avaliação, com o propósito de os convidar a submeter propostas de estudos à Fundação, e de lhes apresentar o novo processo de selecção. Nestas sessões, divididas por área de estudos, estiveram presentes mais de cem investigadores, provenientes de 35 unidades de investigação.

O novo processo de selecção de estudos inicia-se com a apresentação de uma *concept note* simples, que visa dar a conhecer o objecto da proposta. Esta fase permite reduzir o investimento de tempo por parte das equipas de investigação em propostas que não se enquadrem no programa de estudos da Fundação.

Estas *concept notes* são apreciadas pelos consultores de área e, quando for caso disso, por *referees* externos. Caso se entenda que a proposta não se enquadra no programa de estudos, esta é objecto de rejeição imediata, por deliberação da Comissão Executiva.

Caso se entenda que a proposta deve transitar para a segunda fase, solicita-se aos investigadores o preenchimento de um formulário mais desenvolvido, que será objecto de apreciação por *referee* externo. Após este processo, a proposta é submetida à apreciação da Comissão Executiva ou ao Conselho de Administração, para aprovação ou recusa, e eventual adjudicação subsequente.

Este processo permitiu já a recepção de 50 *concept notes*, que se encontram em processo de apreciação pela equipa de estudos. Muitas foram já recusadas pela Comissão Executiva, outras transitaram para a segunda fase, tendo uma sido adjudicada ainda em 2018.

Considera-se, assim, que a alteração de processo correu bem, tendo permitido a recepção de um conjunto significativo de propostas, em quantidade, qualidade e diversidade, que permitem assegurar a

produção de investigação da área de estudos da Fundação.

Além deste novo processo, o ano de 2018 foi ainda marcado pela continuidade da investigação de estudos em curso, e pelo lançamento de outros tantos, entre os quais se destacam a Jornada da Economia e Competitividade, no Porto, e a Jornada do Poder Local, em Portalegre. Salienta-se ainda mais uma edição do Mês da Educação e da Ciência, um ciclo de conferências que, em 2018, levou o debate a Viseu, Coimbra, Aveiro, Lisboa e Funchal.

Os novos estudos adjudicados em 2018, ainda nos termos do anterior processo de selecção, encontram-se actualmente em fase de investigação, e serão apresentados em 2019 e em 2020.

Área de Economia

Consultor: Fernando Alexandre

Em 2018 foram apresentados três estudos da área de Economia, tendo como tema transversal as condições de competitividade da economia portuguesa. No ano de 2019 serão publicados os resultados de três novos estudos. Há ainda a assinalar a contratualização de três novos estudos a desenvolver até 2020, sendo dois sobre a situação financeira das empresas portuguesas e um sobre infraestruturas e produtividade.

ESTUDOS CONCLUÍDOS EM 2018

1. Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenação: Leonor Sopas (Universidade Católica, Porto)
Apresentação pública: 3 de Outubro

O fraco crescimento da economia portuguesa tem sido associado à dificuldade em diversificar a estrutura produtiva, transferindo recursos para o fabrico de bens transaccionáveis com maior valor. O estudo identifica produtos com potencial para aumentar a complexidade económica de Portugal e o potencial de crescimento da economia. Partindo de dois estudos de caso sobre o *cluster* das tecnologias de produção e o *cluster* da indústria aeronáutica, o estudo apresenta propostas de políticas públicas.

2. Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenação: Rui Baptista
(IST, Universidade de Lisboa)
Apresentação pública: 3 de Outubro

A centralidade do empreendedorismo como factor de desenvolvimento económico reflecte-se nas políticas públicas nacionais e regionais para apoiar novos negócios com uma componente inovadora. Associações entre municípios, empresas e universidades têm gerado parques de ciência e tecnologia e centros de incubação. A existência de casos de sucesso pode esconder uma elevada criação e encerramento de empresas. O estudo explora a relação entre criação de empresas, empreendedorismo e desigualdade salarial.

3. Encerramento de Multinacionais: o capital humano que fica

Coordenação: Pedro de Faria
(Universidade de Groningen)
Apresentação pública: 3 de Outubro

O capital humano é um dos principais factores de competitividade do país e de atracção de Investimento Directo Estrangeiro. O sucesso das multinacionais depende das suas estratégias de recrutamento, onde os trabalhadores qualificados têm cada vez mais importância. Por outro lado, as empresas multinacionais podem valorizar o capital humano, beneficiando também por essa via a economia nacional. O estudo analisa a importância do capital humano para as empresas multinacionais.

4. Jornada da Economia e Competitividade

Dia 3 de Outubro, Casa da Música, Porto

O que podem os governos fazer para aproveitar este novo contexto tecnológico? Que sectores de actividade têm maior potencial de crescimento e de arrastamento da economia? Qual a contribuição das multinacionais para a valorização do capital humano da economia? Estas foram algumas das questões a que os intervenientes da Jornada da Economia e Competitividade procuraram dar resposta.

Durante o evento, foram apresentados e debatidos três novos estudos, com a participação dos autores e de Aurora Teixeira, Gustavo Dias, Miguel

Lebre Freitas, Ricardo Ribeiro, Carlos Ribas, João Cerejeira, Teresa Martins e Wolfgang Sofka.

5. António Borges

Lecture – Reflexões sobre Estratégia e Competitividade na Era Digital

Dia 3 de Outubro, Casa da Música, Porto

Keynote speaker: Peter Zemsky, vice-reitor do INSEAD, apresentado por Diogo Lucena.

Um número crescente de indústrias está a ser confrontado com a perspectiva de disrupção através de tecnologias e modelos de negócio digitais. Qual a razão do crescente interesse no digital e quais as implicações para a competitividade?

ESTUDOS EM CURSO

1. GDP-linked Bonds in the Portuguese Economy

Coordenação: Gonçalo Pina
(Santa Clara University, EUA)

Apresentação pública: Novembro de 2019

Este estudo tem como objectivo avaliar, através de exercícios contrafactuais, as implicações para a economia portuguesa do recurso à emissão de dívida pública indexada à evolução do Produto Interno Bruto (PIB). Este novo tipo de instrumento, ainda pouco comum, permite menores pagamentos nos períodos de recessão e maiores pagamentos nos períodos de expansão. Os resultados deste estudo podem também ser relevantes

para a definição de medidas de reforço da estabilidade na Zona do Euro.

2. Current Challenges Facing Portuguese International Trade: a firm-level perspective

Coordenação: João Amador (Banco de Portugal; Nova SBE, Universidade Nova de Lisboa)

Apresentação pública: 2020

Este estudo tem três objectivos: fazer uma caracterização das exportações de serviços (com a excepção da área do turismo); identificar as barreiras às exportações portuguesas; e descrever as participações de capital das empresas exportadoras.

3. Datação dos Ciclos da Economia Portuguesa

Coordenação: Ricardo Reis
(London School of Economics)

Apresentação pública: Dezembro de 2019.

Este estudo visa criar uma datação de referência dos ciclos económicos em Portugal desde 1960, com base numa metodologia, definida por um comité de peritos, que inclui alguns dos melhores académicos de várias universidades portuguesas, das áreas da macroeconomia, política monetária, história económica, mercado de trabalho e economia política.

ESTUDOS DO TRIÉNIO 2018-2020

Durante o ano de 2018, contratualizaram-se três novos estudos, no âmbito do Programa Científico 2018-2020, e foram analisadas diversas candidaturas, cuja seleção final deverá ocorrer no início de 2019.

1. *Financial Constraints, Investment and Firm Dynamics: Lessons from the Portuguese Great Recession and Its Aftermath*

Coordenação: Carlos Carreira
(Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra).
Duração: 24 meses

Este estudo tem como objectivo a análise do endividamento das empresas, as restrições que ele representa em relação à sua capacidade de investimento e as condições de financiamento, em particular através do sector bancário. Pretende-se, por um lado, compreender os desequilíbrios que estiveram na origem da prolongada e grave crise da economia portuguesa e, por outro, compreender a origem das fragilidades do sector bancário e o seu papel na crise da economia portuguesa.

2. *Certificação (Rating) de PMEs, Financiamento e Relação com os Bancos*

Coordenação: Clara Raposo (Universidade de Lisboa)
Duração: 36 meses

O objetivo deste estudo é avaliar um programa de certificação de risco de crédito de PMEs no acesso a financiamento, no investimento e no seu desempenho,

bem como as externalidades geradas para as empresas que têm relações com as empresas certificadas. Serão também avaliados os incentivos para os bancos que participam naquele processo.

3. *A Geografia do Sistema de Transportes, a sua Evolução Temporal, e o Impacto das Decisões Políticas nos Territórios e nas Populações*

Coordenação: Carlos Oliveira Cruz
(IST, Universidade de Lisboa)
Duração: 18 meses

Diferentes políticas públicas têm definido estratégias alternativas, por vezes verdadeiramente antagónicas, sobre a rede de infraestruturas de transportes. Deste estudo resultará uma caracterização da geografia do sistema de transportes, e respectiva evolução temporal, uma análise do impacto das decisões políticas sobre a evolução da produtividade do sistema e, em última análise, no território e nas populações.

As principais questões de investigação que orientam este estudo são: o sistema de transportes será hoje mais eficiente, contribuindo para reduzir os custos de contextos e, assim, aumentar a competitividade das empresas portuguesas, sobretudo de bens transaccionáveis? Qual o impacto das decisões políticas sobre o sistema na sua produtividade? A variação ao longo do tempo dos índices de acessibilidade agravou assimetrias regionais? Teve efeito sobre o emprego, rendimento ou outros indicadores socioeconómicos?

Área de Instituições

Consultor: Carlos Jalali

Dos cinco estudos em curso no final de 2017, foram concluídos quatro em 2018. Destes, dois foram apresentados no último trimestre de 2018, e prevê-se a apresentação dos restantes três no primeiro semestre de 2019.

Durante este ano foi também iniciado o processo para selecção de novos projectos, com a definição das prioridades temáticas para o actual triénio e a análise de propostas daí decorrentes; e foram contratualizados dois novos estudos.

ESTUDOS CONCLUÍDOS EM 2018

1. A Crise nos Tribunais

Coordenação: Teresa Violante
(Faculdade de Direito, Universidade Nova de Lisboa)
Apresentação pública: Junho de 2019

Este projecto estudou a aplicação pelos tribunais da legislação resultante do Programa de Assistência Económica e Financeira 2011-2014 e os efeitos da crise económico-financeira na jurisprudência portuguesa.

2. A Qualidade da Governação Local em Portugal

Coordenação: Luís de Sousa
(ICS, Universidade de Lisboa) e António Tavares
(CICP, Universidade do Minho)
Apresentação pública: 27 de Novembro de 2018

Este projecto teve como objectivo desenvolver um modelo de análise multicritério

para determinar o nível de qualidade de governação de cada município português, permitindo aferir o seu desempenho, tanto em termos globais, como em cada dimensão da governação local.

A apresentação deste estudo teve lugar em Portalegre, no âmbito da “Jornada do Poder Local”, o que permitiu retomar as conclusões de dois outros estudos recentes da Fundação: *Limitação de Mandatos: o impacto nas finanças locais e na participação eleitoral* e *Empresas Privadas e Municípios: dinâmicas e desempenhos*.

3. Orçamento, Economia e Democracia: uma proposta de arquitectura institucional

Coordenação: Abel Mateus
Apresentação pública: 15 de Outubro

Este projecto tem como objectivo analisar a actual formulação e execução da política orçamental em Portugal, no contexto da União Europeia, e propor uma arquitectura institucional que melhor garanta a sua eficácia e transparência, em termos dos objectivos de eficiência na afectação de recursos, estabilização da economia, sustentabilidade e equidade.

4. V-Dem: variedades da democracia

Coordenação: Tiago Fernandes
(Nova FCSH, Universidade Nova de Lisboa) e Staffan Lindberg (Universidade de Gotemburgo)
Apresentação pública: Abril de 2019

Este estudo tem como objectivo recolher e analisar indicadores específicos sobre o desempenho da democracia portuguesa

numa perspectiva comparativa. Este projecto deu já lugar à publicação do livro *Varietades da Democracia na Europa do Sul (1968-2016)*, que foi apresentado no dia 20 de Março de 2018, em Lisboa.

ESTUDOS EM CURSO

1. *Liberal Constitutions in Times of Financial Crisis*

Coordenação: Tom Ginsburg
(Universidade de Chicago)

Apresentação pública: Junho de 2019

Este estudo analisa o papel das constituições durante as crises financeiras, com especial atenção prestada à crise financeira de 2007-2008, mas considerando também crises anteriores. Este estudo resultará na tradução de um livro, financiada pela Fundação, que será publicado na Cambridge University Press na Primavera de 2019.

2. *A Regulação em Portugal*

Coordenação: Ana Lourenço
(Porto Business School, Universidade Católica)

Duração: 24 meses

Este estudo visa contribuir para o debate sobre a regulação em Portugal, analisando de que modo o desempenho dos reguladores sofreu alterações com a publicação da Lei-Quadro das Entidades Reguladoras, de 2013. Recolhe também elementos quantitativos e metodológicos sobre o trabalho desempenhado por entidades reguladoras.

3. *O Jardim Secreto da Política: candidatos à Assembleia da República 1975-2019*

Coordenação: Jorge Fernandes
(ICS, Universidade de Lisboa)

Duração: 24 meses

Este estudo analisa os candidatos à Assembleia da República, estabelecendo uma caracterização sistemática destes ao longo do período democrático. Visa também identificar as lógicas de selecção de candidatos por parte dos partidos, e como estas se alteraram ao longo do tempo.

ESTUDOS DO TRIÉNIO 2018-20

Para o triénio 2018-20, foram definidos os seguintes temas prioritários para estudos na área de Instituições: políticas públicas de segurança alimentar; mecanismos de controlo ético da corrupção nos titulares de cargos públicos; ética e integridade na política: a perspectiva de cidadãos e políticos; qualidade e capacidade de governação em Portugal; igualdade e previsibilidade do Estado; As (não-)decisões dos juízes; participação dos cidadãos no processo de políticas públicas; avaliação da educação para a cidadania democrática em Portugal.

Na sequência da apresentação do programa de estudos à comunidade académica em Junho, foram recebidas 14 *concept notes* que podem ser enquadradas mais directamente na área de Instituições. Destas, pelo menos seis apresentam potencial elevado, tendo duas sido objecto de pareceres externos após a submissão

da proposta mais detalhada do estudo, na fase posterior à *concept note* inicial.

Ao longo do ano de 2018, a área de Instituições trabalhou sobretudo no eixo temático de “Bom Governo e Democracia”, que visa promover estudos sobre a qualidade do funcionamento, transparência e democraticidade das instituições do Estado e da administração pública central e local e suas consequências para o bem-estar das populações e para o desenvolvimento económico.

De destacar também o papel positivo da Jornada do Poder Local, permitindo não só maximizar a visibilidade do novo estudo sobre a Qualidade da Governação Local, mas também potenciar o impacto de estudos apresentados anteriormente. Este tipo de iniciativa afigura-se relevante de futuro, permitindo amplificar o impacto dos estudos da Fundação. De igual modo, o facto de esta jornada se ter realizado fora de Lisboa também é de salientar. Apesar dos custos adicionais que isso implica, sobretudo em termos logísticos, a realização deste evento fora de Lisboa permitiu dar visibilidade ao interior do país e reforçar a imagem da Fundação a nível nacional.

Área de Sociedade

Consultora: *Luísa Lima*

ESTUDOS CONCLUÍDOS EM 2018

1. Igualdade de Género ao Longo da Vida

Coordenação: Anália Torres
(ISCS, Universidade de Lisboa)
Apresentação pública: Maio de 2018

Este estudo procura identificar as desigualdades de género em Portugal, comparativamente com outros países europeus.

ESTUDOS EM CURSO

1. Quem São, o que Pensam e o que Sentem as Mulheres Portuguesas

Coordenação: Laura Sagnier
Apresentação pública: Fevereiro de 2019

Este estudo procura caracterizar a dinâmica do equilíbrio trabalho-família na vida das mulheres portuguesas. Com base num inquérito a uma amostra representativa das mulheres do nosso país, identificam-se os perfis e as necessidades actuais das mulheres em Portugal.

2. Sustentabilidade Financeira e Social do Sistema de Pensões Português (Dynapor)

Coordenação: Amílcar Moreira
(ICS, Universidade de Lisboa)
Apresentação pública: Abril de 2019

O objectivo principal deste estudo é descobrir qual será a melhor forma de assegurar, simultaneamente, a sustentabilidade

financeira e a sustentabilidade social do sistema de pensões português.

3. A Geografia e a Radiografia da Ciência feita em Portugal e A Investigação Científica sobre o Mar

Coordenação: Nuno Ferrand
(Faculdade de Ciências, Universidade do Porto)
Apresentação pública: Novembro de 2019

Este estudo tem como objectivo avaliar o impacto da ciência produzida em Portugal nos últimos anos, com uma análise regional e detalhada nas diversas áreas científicas. Propõe-se ainda fazer uma análise específica no domínio da investigação sobre o mar. Os resultados deste estudo pretendem ser relevantes para a definição de políticas públicas na área da ciência.

4. Identidades Religiosas na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenação: Alfredo Teixeira (Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa)
Apresentação pública: Abril de 2019

Este projecto tem como objectivo caracterizar a diversidade de posições face à religião na zona do país em que se concentram a maioria dos não-crentes e das pessoas religiosas não-católicas – a área metropolitana de Lisboa.

ESTUDOS DO TRIÉNIO 2018-2020

Durante o ano de 2018, foi contratualizado um novo estudo no âmbito do Programa Científico para o período 2018-2020 e

foram analisadas diversas candidaturas, cuja selecção final deverá ocorrer em Janeiro de 2019.

1. Trajectos e Quotidianos de Pobreza em Portugal

Coordenação: Fernando Diogo
(Faculdade de Economia, Universidade dos Açores)
Apresentação pública: 2020

Este estudo tem como objectivo a caracterização da pobreza em Portugal e a sua evolução nos últimos anos, a partir de indicadores estatísticos. Procura-se fazer uma análise mais aprofundada desta realidade, através da realização de um inquérito à população.

Publicações

A área de publicações continuou a ser dirigida pelo administrador António Araújo, que contou com o apoio de uma equipa da qual fazem parte Susana Norton e Duarte Vaz Pinto.

Em 2018, a Fundação pôde anunciar já ter colocado mais de um milhão de livros nas mãos dos Portugueses, entre vendas e ofertas a instituições nacionais de referência (escolas, bibliotecas, misericórdias, estabelecimentos prisionais). Das livrarias tradicionais, passando por super e hipermercados, até às bibliotecas, feiras do livro e espaços de venda *online*, a Fundação cumpriu o seu objectivo

estatutário, quer através das edições em formato papel, quer através de *e-books* em formato electrónico: o conhecimento que a FFMS produz sobre a sociedade portuguesa está a chegar a quem mais importa – aos leitores de todo o País. A introdução, em 2018, dos primeiros audiolivros da Fundação é mais um passo nessa estratégia: os audiolivros dos cinco Retratos que mais interesse despertaram junto dos leitores portugueses foram disponibilizados em várias plataformas *online*, dando uma nova vida à colecção, que passa agora a poder ser lida “até de olhos fechados”.

A democratização do acesso ao conhecimento, além de beneficiar de uma ampla cobertura de distribuição e colocação de obras no território nacional, é também fruto de uma estratégia de acesso ao livro assente numa política de preços acessíveis.

Os Ensaios e os Retratos, nos seus vários formatos, são disponibilizados com conteúdos e a valores pensados para um público alargado, cumprindo um desígnio central: o conhecimento pode e deve ser acessível a todos os Portugueses, sem excepção.

Com vista a alcançar este objectivo, deu-se continuidade à Colecção de Ensaios e à Colecção de Retratos, com temas próximos dos interesses e anseios dos leitores, tais como a saúde mental, a psicologia social,

os incêndios que abalaram Portugal em 2017, entre outros.

Na colecção Ensaios da Fundação foram publicados os seguintes títulos: *Qualidade da Democracia*, de Conceição Pequito Teixeira; *Hiperactividade e Défice de Atenção*, de Pedro Strecht; *Nós e os Outros*, de Luísa Lima; *A Saúde Mental dos Portugueses*, de José Caldas de Almeida; *As Pescas em Portugal*, de Álvaro Garrido; *Cinema e História: Aventuras e Narrativas*, de João Lopes; *Envelhecimento e Políticas de Saúde*, de Teresa Rodrigues; *Desperdício Alimentar*, de Iva Pires; *Ditadura e Democracia: Legados da Memória*, de Filipa Raimundo.

Por seu turno, a colecção Retratos da Fundação publicou os títulos: *Terapias, Energias e Algumas Fantasias*, de João Villalobos; *Os Filhos da Químio*, de Nelson Marques; *Com a Devida Vénia, Diários dos Tribunais*, de Daniel Seabra Lopes e Ricardo Gomes Moreira; *No Centro do Poder: Governo e Administração em Portugal*, de José Sousa Rego; *Da Costa: Praias e Montes da Caparica*, de Luísa Costa Gomes; *Vida de Prisão*, de Pedro Prostes da Fonseca; *Ainda Aqui Estou: Histórias dos Incêndios de Junho e Outubro de 2017*, de Patrícia Carvalho; *Viver da Morte*, de Rita Canas Mendes.



Apresentação do Retrato
Filhos da Químio
28 de Fevereiro
Fundação Champalimaud

Área Digital

Na área digital, o ano foi marcado pelo número de visitas aos *sites* da Fundação, que pela primeira vez ultrapassaram os três milhões.

A Pordata representa metade deste número, seguida do Portal dos Direitos e Deveres do Cidadão, com quase 700 mil visitas e do *site* institucional da Fundação, que obteve meio milhão de visitas.

Em termos de crescimento, é de destacar o *site* *Fronteiras XXI* (+ 52%) e o *site* *Portugal Desigual*, que aumentou as suas visitas em 35% em relação ao ano anterior.

Em 2018 não existiram novos projectos digitais, mas sim actualizações e desenvolvimentos nos 12 *sites* actuais. O *site* da Fundação foi alvo de um *re-design* com uma nova *homepage*, mais impactante e onde se destaca a fotografia, com um visual mais moderno. E foi dotado do primeiro sistema de inteligência artificial com um assistente virtual: o Damião, o *BoT* da Fundação. A escolha do nome não foi um acaso. Partindo da missão da FFMS e relacionando-a com o Renascimento, chegou-se a Damião de Góis, historiador e humanista português.

Ainda no *site* da Fundação, e para assinalar o seu nono aniversário, outra novidade foi o lançamento dos primeiros audiolivros. Depois dos *e-books*, alargam-se assim os formatos de divulgação de informação rigorosa e relevante sobre o País: conteúdos para ler, pensar e agora

também ouvir. Por último, no que diz respeito a desenvolvimentos no portal da Fundação, a loja *online* foi munida de um modo de compra simplificado – numa única página, e acrescentado o mais recente método de pagamento, MB Way, o que contribuiu para um crescimento de 70% nas vendas *online*.

O *site* *Portugal Desigual* teve uma nova área, um *dashboard* das desigualdades, onde podem agora ser consultadas duas dezenas de indicadores com os dados mais recentes sobre a pobreza, exclusão social e desigualdade económica. Os novos gráficos são acompanhados de textos explicativos, da autoria de Carlos Farinha Rodrigues. Em menos de um mês, o *site* *Portugal Desigual* contou com dez mil visitas.

Foi desenvolvida a primeira aplicação dedicada ao Encontro Anual da Fundação, “O trabalho dá que pensar”. Em 2018, e com uma nova dinâmica, realizou-se um ciclo de debates durante três dias no Jardim Botânico Tropical em Belém, e os bilhetes esgotaram um mês antes do evento. As visualizações em *streaming* no *site* da Fundação chegaram às cem mil, enquanto no Encontro Anual do ano passado se registaram 24 mil visualizações.

No que diz respeito a redes sociais, a Fundação chega agora a 203 mil pessoas, o que representa um aumento de 25 % no número de seguidores em relação ao ano anterior. Destaque para a rede *LinkedIn*, que mais do que duplicou, para o *Twitter* (+65%) e para o *Facebook*, que cresceu 26%.

Já os subscritores da *newsletter* semanal foram afectados pela entrada em vigor do Regulamento Geral da Protecção de Dados, na aplicação do qual a Fundação se regeu pelas melhores práticas legais, o que obrigou a renovar o consentimento para a subscrição. Assim, a *newsletter* ficou em Maio com cinco mil contactos, sendo que no final de 2018 já tinha mais do que duplicado os subscritores, ultrapassando, no final do ano, as 12 mil pessoas.

Além dos desenvolvimentos tecnológicos que permitiram estar a par das tendências mais actuais, em 2018 a área digital da Fundação dedicou-se particularmente à produção de conteúdo editorial, combinando impacto visual e facilidade de leitura com rigor e credibilidade, próprios de todas as actividades da Fundação.

A lista completa de *sites* da Fundação pode ser consultada no *Anexo VIII*.

Pordata

A Pordata, projecto público desde 23 de Fevereiro de 2010, é uma referência na sociedade portuguesa, servindo um amplo universo de utilizadores, como académicos, jornalistas, decisores políticos, professores, alunos ou empresários.

Desde a sua criação, o interesse e a notoriedade da Pordata têm aumentado, com os acessos ao *site* a registarem uma evolução muito positiva. Em 2018, o número de sessões foi de 1.655.863, mais 11% do que em 2017, e o número de utilizadores ultrapassou o milhão, o que representa um acréscimo de 10% por comparação ao ano anterior. O número de seguidores do *Facebook* e do *Twitter* da Pordata também registou uma evolução muito significativa. No final de 2018, ultrapassaram os 39 mil e os 11 mil, respectivamente. Ao longo do ano de 2018, a Pordata marcou presença assídua na comunicação social, com um número de notícias ou de referências superior a 760.

Além da credibilidade da Pordata enquanto base de dados estatísticos, a Pordata assume-se como um projecto mais amplo, desenvolvendo outras actividades – comunicação, divulgação e inovação – que visam estimular o interesse pelas estatísticas, bem como a sua adequada compreensão e divulgação responsável.

A Pordata, em 2018:

1. O site da Pordata

- › Manteve a permanente actualização de 2.899 tabelas estatísticas, dos quadros Sabias Que, dos diários da Pordata Kids e dos Quadros-Resumo das bases de dados de Portugal, dos Municípios e da Europa;
- › Disponibilizou cursos gratuitos de formação *online* em Pordata, os quais se saldaram por 3.700 formandos, um aumento de 27% por comparação a 2017;
- › Publicou Retratos sobre: Homens e Mulheres, Madeira, Açores, Portugal, e Portugal na Europa;
- › Publicou duas infografias: Elas e Eles; e Metas 2020 – Portugal e a União Europeia;
- › Disponibilizou três novas áreas de conteúdos, relativas às publicações, às metas europeias definidas na Estratégia Europa 2020 e ao Prémio Pordata Inovação;
- › Passou a apresentar na página de entrada uma área relativa às actualizações de dados;
- › Respondeu a cerca de 400 pedidos de utilizadores e solicitou às entidades produtoras de informação cerca de 260 esclarecimentos;
- › Publicou um novo tema, Agricultura e Pescas, na base de dados de Portugal.

2. Academia Pordata

- › Iniciou um novo formato de formação presencial em Pordata, designada por Embaixadores Pordata;
- › No âmbito das acções de formação presencial em Pordata, impactou um total de 9.593 formandos, dos quais 40% correspondem a acções Pordata, 55% a sessões Pordata Kids e 5% a acções Embaixadores Pordata;
- › Realizou duas sessões presenciais de formação em literacia em estatísticas para jornalistas.

3. Prémios

- › Lançou a quarta vaga do Prémio Pordata Inovação, tendo recebido 30 candidaturas válidas, 17 das quais elegíveis, e atribuiu dois prémios aos indicadores, que passaram a integrar a base de dados: Intensidade carbónica da economia por sector de actividade e Grau de área ardida (%);
- › Integrou a terceira iniciativa Miúdos a Votos que, juntamente com a revista *Visão Júnior* e a Rede de Bibliotecas Escolares, lançou um concurso para os alunos entre o 1.º e o 12.º ano de escolaridade escolherem os livros que mais gostaram de ler. Cerca de 700 escolas de todo o país participaram na fase de submissão de livros candidatos.

4. Vídeos e Comunicação

- › Colaborou, no âmbito de uma parceria com a Rádio Miúdos, na realização de 11 programas, denominados *Perguntas à Solta*, a partir de dados inspirados na Pordata Kids;
- › Preparou vídeos de um minuto, para exibição em cerca de 140 farmácias de todo o país, intitulados *Portugal em Média*;
- › Iniciou uma colaboração mensal com a *UP Magazine*, a revista da TAP, que passou a publicar quadros com curiosidades estatísticas adequadas às temáticas de cada revista;
- › Preparou nove *press releases* no âmbito do lançamento de novos temas, novas publicações ou da celebração de dias nacionais/internacionais (da Mulher, da Saúde, do Estudante, da Mãe, da População);
- › Apoiou a preparação de conteúdos para eventos da Fundação, designadamente para a Alameda do Trabalho, durante o Encontro Anual;
- › Apoiou a preparação dos conteúdos para o espectáculo *100% Lisboa* e preparou o processo conducente à exposição itinerante Pordata, designada *100% Portugal*.

A direcção da Pordata continuou a ser da responsabilidade da Maria João Valente Rosa. Integraram, ainda, a equipa de conteúdos da Pordata: Ana Luísa Barbosa, Rita Rosado, Mónica Santos e Inês Vidigal. Quanto à equipa de formadores da Academia Pordata, esta continuou a ser coordenada por Bernardo Gaivão e integrou ainda os seguintes formadores: Constança Félix da Costa e Sofia Soares.

A Fundação e os Media

Em 2018, continuou a crescer o número de notícias publicadas sobre as actividades da Fundação.

Das 2761 notícias publicadas, 55% surgiram na internet, 29% na imprensa escrita, 12% em televisão e 4% na rádio.

Este ano, os órgãos de comunicação social deram especial destaque aos resultados de dois estudos da Fundação: um sobre “A qualidade da governação local” (que deu origem a mais de 240 notícias) e outro sobre “A igualdade de género ao longo da vida” (com mais de cem notícias). O grande número de notícias ficou a dever-se não só ao facto de os temas estudados terem grande impacto na vida dos cidadãos, como também por terem sido veiculados pelos meios de comunicação nacionais e regionais, o que permitiu uma ampla e eficaz disseminação daqueles conteúdos.

Outro evento com grande repercussão mediática foi o Encontro Anual da Fundação, sob o tema “O Trabalho dá que Pensar”, que originou 175 notícias (reportagens e entrevistas). De realçar ainda a publicação dos Retratos da Pordata, nomeadamente o dos Açores e o da Madeira, que atingiram recordes no número de referências publicadas (mais de cem). Finalmente, a participação da Fundação na Feira do Livro, e as conferências e debates do Mês da Educação e Ciência, foram objecto de grande interesse por parte dos órgãos de comunicação social, nacionais e regionais, suscitando ainda a atenção de meios especializados (cerca de 200 notícias). Podemos concluir da análise destes dados que 2018 foi um ano durante o qual a percepção dos meios de comunicação social sobre a relevância do trabalho da Fundação se consolidou.

Ao longo do ano, continuaram em vigor as seguintes parcerias com órgãos de comunicação social: na imprensa (*Destak* e *Público*); na rádio (Renascença e Antena 1) e na televisão (RTP, TVI e CMTV):

Rádio Renascença

O programa *Da Capa À Contracapa* continuou a ser emitido semanalmente (aos sábados), servindo como um espaço para ler e decodificar a actualidade a partir dos livros e dos estudos da Fundação. Em 2018, foram emitidos 48 programas, que alcançaram cerca de três milhões de ouvintes.

Jornal Destak

Foram publicados semanalmente, às quintas-feiras, 46 destaques com dados de estudos da Fundação. O *Destak* tem um alcance potencial de 70 mil leitores diários.

CMTV

No programa semanal da CMTV, *Falar Global*, foi apresentada a plataforma GPS – *Global Portuguese Scientists*, destacando o trabalho de alguns cientistas portugueses a trabalhar no estrangeiro.

Jornal Público

Ao longo do ano, gravaram-se 20 podcasts da série *Com Tempo e Alma*, dedicados a temas tão variados como a política, a educação, o ambiente ou a demografia. Quinzenalmente, um jornalista do *Público* e um especialista convidado pela Fundação conversaram sobre os temas mais relevantes da sociedade. “Com tempo para falar, para ouvir e para pensar”.

TVI

Cobertura do Encontro Anual da Fundação e emissão de entrevistas com os principais conferencistas, gravadas a propósito da sua participação no evento.

RTP

Emissão de dez programas do *Fronteiras XXI*.

Antena 1

Transmissão da versão rádio do *Fronteiras XXI*.

Programa *Fronteiras XXI*

Ao longo de 2018, o programa *Fronteiras XXI* ganhou visibilidade e consolidou a sua marca no panorama televisivo nacional.

O programa mensal, que resulta de uma parceria entre a Fundação e a RTP, teve cerca de 1,6 milhões de espectadores, permanecendo um formato de informação com características únicas no panorama televisivo português.

Em 2018, os 90 minutos de emissão ganharam um novo ritmo, novos temas e novos conteúdos. Debateu-se a guerra no mundo, as alterações climáticas, a saúde, a liberdade religiosa no país, as ameaças tecnológicas à privacidade, ou o futuro da Europa.

Programa *Fronteiras XXI*
Teatro Thalia



Apostou-se em trazer para o debate não só grandes especialistas portugueses, como também figuras internacionais. Pelo Teatro Thalia, em Lisboa, passaram, entre muitos outros, o antigo presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o escritor cabo-verdiano Germano de Almeida, ou o compositor brasileiro Ivan Lins. Através de transmissões em directo para o palácio presidencial em Bogotá, foi possível ter no *Fronteiras XXI* o então presidente da Colômbia e Prémio Nobel da Paz Juan Manuel Santos ou garantir no debate, a partir de Bruxelas, o comissário português Carlos Moedas.

Durante as emissões, reforçaram-se também as entrevistas exclusivas a figuras de todo o mundo: do ex-presidente do governo espanhol, Felipe González, ao antigo ministro dos Negócios Estrangeiros israelita Shlomo Ben-Ami, do ex-ministro das Finanças grego Yanis Varoufakis à ex-subsecretária de Estado norte-americana Wendy R. Sherman ou a Taholo Kami, que chefia as negociações para as alterações climáticas das ilhas Fiji, um dos arquipélagos mais ameaçados pela subida do nível da água do mar.

Aos nomes internacionais no palco do Teatro Thalia, em Lisboa, juntaram-se muitas outras personalidades nacionais de destaque, nomeadamente: os ex-ministros Paulo Portas e Eduardo Marçal Grilo, o antigo director-geral da Saúde, Francisco George, o vice-reitor da Universidade de Lisboa, António Feijó, o CEO da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha, o gestor

António Horta Osório, o professor universitário Francisco Veloso, o cronista Pedro Mexia, a ex-eurodeputada Elisa Ferreira ou o arcebispo e poeta Tolentino Mendonça.

Todos responderam, durante as emissões, às perguntas colocadas por alguns dos 400 espectadores que assistiram ao vivo ao debate, seleccionados através das questões enviadas sobre o tema para o *website* do programa.

Criaram-se momentos surpreendentes, que ajudaram a dinamizar o programa e lhe deram novos conteúdos: um ataque de pirataria informática, feito em tempo real da plateia do Teatro Thalia, pelos *hackers* André Baptista e Luís Maia, passando por actuações musicais ao vivo de Ivan Lins e do fadista Ricardo Ribeiro.

Em 2018, o *site* do *Fronteiras XXI* – onde é possível encontrar informação criteriosa e diversificada sobre os temas abordados no programa televisivo com o mesmo nome – foi renovado e ganhou novos conteúdos. Ao longo do ano lançaram-se mais textos de opinião e novos formatos de infografias, mais animados e interactivos.

Estas mudanças reflectiram-se nas audiências: o *site* contou com mais de 180 mil visitas durante o ano, o que representa um aumento de 52% em relação ao ano anterior.

Marketing e Eventos

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, de acordo com os estatutos e a vontade do fundador, tem como missão promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

O trabalho desenvolvido tem vindo a receber crescente atenção e, em 2018, a Fundação atingiu o quarto lugar no *ranking* de notoriedade das fundações portuguesas. Dos indivíduos inquiridos, 91% dizem conhecer a Fundação ou um dos seus projectos; 29% recordam ter visto comunicação sobre a Fundação ou sobre os seus projectos. É na faixa etária dos 45 aos 54 que a notoriedade da Fundação é maior (resultados do *Tracking of Awareness* realizado em Setembro de 2018 pela IPG Mediabrands). Trata-se de um resultado satisfatório, tendo em conta o facto de a Fundação ser pequena, em termos *share of investment*, quando comparada com as demais fundações em Portugal.

Um contributo importante para o reconhecimento da Fundação são as campanhas de comunicação feitas ao longo do ano – para divulgar as conferências e debates que organiza, os livros e estudos que publica e os dados estatísticos que disponibiliza. A Fundação consegue assim ir ao

encontro da sociedade, transmitindo-lhe ferramentas para se conhecer melhor e para promover o debate sobre temas socialmente relevantes.

Em 2018, a Fundação organizou 61 eventos, nos quais participaram mais de 6.500 cidadãos.

1) Comunicação

Em 2018, foram efectuadas 13 campanhas publicitárias, levando a uma presença constante nos meios digitais e, pontualmente, em imprensa e exteriores. Apoiou-se igualmente o departamento comercial da Fundação, com a criação e distribuição de materiais de comunicação para a divulgação de eventos.

No seguimento do objectivo traçado *digital first*, a Fundação canalizou grande parte do seu investimento para campanhas digitais e, ao longo do ano, desenvolveu conceitos diferenciadores para divulgação e apostou em formatos de maior impacto. Esta estratégia permitiu melhorar significativamente os resultados em relação ao ano anterior.

Reforçou-se, uma vez mais, o investimento no digital, tendo sido implementados planos de meios específicos, “desenhados” para o *target* de cada projecto/campanha. Esta estratégia permitiu aumentar a média anual de CTRs (*Click Through Rate* ou taxa de cliques) que, em 2018, atingiu os 5,32%, o que representa uma subida de 4% em relação

a 2017, estando muito acima da média do mercado, que se fixa nos 0,14%.

A campanha iniciada em Janeiro de 2018 para apoiar o lançamento da primeira vaga *de Ensaios da Fundação (Nós e os Outros, Qualidade da Democracia e Hiperactividade)* foi a que teve uma maior taxa de cliques (4,84%). Foram impactados mais de 1.200 mil utilizadores únicos, tendo-se obtido 46 conversões.

No total, geraram-se 489 processos de compra em 2018, chegando-se aos 11.090 mil utilizadores únicos; cada utilizador teve oportunidade de visualizar os anúncios, em média, 1,7 vezes, o que originou um total de 400.296 cliques nos anúncios da Fundação.

2) O Encontro da Fundação

O Encontro Anual é um evento central na vida da Fundação e constitui um momento importante de ligação aos Portugueses. Os Encontros são também a inequívoca demonstração de que a Fundação não é uma instituição fechada nos seus contornos, nem desligada do seu contexto e da sua matriz cultural e social.

Este ano, nos dias 14, 15 e 16 de Setembro, o Jardim Botânico Tropical, em Belém, foi o palco de mais um Encontro Anual, desta vez dedicado ao trabalho, um tema polarizador que a todos dá que pensar.

Do impacto da tecnologia ao da demografia, o futuro do trabalho é um dos tópicos da actualidade mais debatidos. Em que

Encontro da Fundação
O Trabalho Dá Que Pensar
Jardim Botânico
Tropical



medida é que o trabalho, tal como o conhecemos, tem data de validade? Quais as principais transformações sociais, económicas e culturais que estão a mudar o mundo do trabalho? Como garantir que há uma transferência de experiência e de conhecimento intergeracional no mercado? E quais as implicações da “uberização” do trabalho?

Para tentar dar resposta a estas perguntas, a Fundação juntou vários dos maiores especialistas nacionais e internacionais. A Jimmy Wales, co-fundador da Wikipédia, juntaram-se alguns dos mais reputados economistas mundiais: David Autor, Juan Dolado, Jean Pisani-Ferry, Martha Bailey e Sérgio Rebelo. Estiveram também presentes grandes especialistas em inteligência artificial: Arlindo Oliveira, Luís Moniz Pereira e Norberto Pires; o biólogo e fisiologista Jared Diamond, e reputados nomes das artes como Ana Padrão, Leonel Moura e Pedro Gadanho.

Simultaneamente com o Encontro realizou-se uma edição-piloto da Escola

de Verão da FFMS, um evento de formação que contou com a participação de 25 jovens dirigentes associativos.

O Encontro contou com a consultoria científica de Pedro Portugal, economista do Banco de Portugal, com uma comissão executiva, coordenada por David Lopes, e da qual fizeram parte Marta Lopes, Richard Freuis, Joana Batista, Rui Pimentel, Maria Ferreira e Clara Valadas-Preto. A organização esteve a cargo da empresa Multilem, tendo também participado no evento as empresas Best ID, Feitoria (Manuel Esteves Catering), JLM, Guide, Initiative Media, Graça Martins & Associados e View Isobar.

Ao longo dos três dias do Encontro, 980 participantes assistiram às diferentes sessões, incluindo a emissão em directo do programa *Governo Sombra* e os concertos de final de dia.

Todas as sessões foram transmitidas em *streaming* no *site* da Fundação e, no total, contabilizaram-se cerca de

100.000 visualizações em directo. Uma vez mais, o Encontro Anual constituiu um importante momento de autoafirmação e de conquista de reconhecimento social e público pelo trabalho da Fundação, como também, e sobretudo, um espaço de proximidade que se cria entre a Fundação e a sociedade civil.

3) Conferências, debates e outros eventos

Em 2018, a Fundação lançou debates a partir das 19 publicações de Ensaios e Retratos e da apresentação pública dos seis estudos comissionados sobre temas que incluem: Empreendedorismo e Desigualdade, o Fecho de Empresas Multinacionais, a Igualdade de Género ou a Diversificação da Economia Portuguesa. A estes lançamentos juntam-se também as inúmeras iniciativas organizadas pela Fundação no Mês da Educação e Ciência e na Feira do Livro de Lisboa. No total, em 2018 a Fundação organizou 61 eventos, nos quais estiveram presentes mais de 6.500 pessoas.

Pela diversidade de formatos e conteúdos, a Fundação procura chegar a um público cada vez mais vasto e diversificado. A mobilidade das conferências e debates da Fundação pelo território nacional, a adopção de uma estratégia de comunicação *digital first*, o lançamento de publicações em formatos *e-book* e audiolivro, um *site* dinâmico e *mobile-responsive*, e o uso crescente das redes sociais para

comunicar as actividades e projectos da Fundação têm contribuído para estreitar a sua relação com a sociedade, e ajudado a fomentar o debate sobre os diferentes temas lançados ao longo do ano.

Relatório Financeiro do Exercício de 2018

O relatório financeiro que apresentamos de seguida reflecte as contas da Fundação.

As entregas prometidas e contratadas com a Família Fundadora foram concretizadas junto da Fundação conforme o plano estabelecido no contrato, considerando-se esse gesto uma honra pela confiança que traduz.

O Conselho de Administração persiste numa política financeira cuidadosa e esforça-se por manter as reservas financeiras existentes, garantindo sempre os meios para cumprir os contratos assinados.

O Conselho de Administração dotou a Fundação de um corpo de funcionários e executivos ajustado aos projectos em curso, reflectido no custo de funcionamento e nos custos de pessoal, referido no Relatório de Contas.

A distribuição temática e funcional dos projectos revela consistência e continuidade de opções e métodos associados à actividade da Fundação.

De acordo com a deliberação do Conselho de Administração de 24/06/2016, os resultados líquidos dos exercícios apurados anualmente, positivos ou negativos, são transferidos para o Fundo Patrimonial na rubrica de Resultados Transitados, pelo que o Conselho de Administração propõe que o resultado apurado de 2018, de 628.616 €, seja transferido para os Resultados Transitados.

Perspectivas para 2019

2019 será um ano particularmente intenso para a Fundação, que celebra o seu X aniversário no dia 12 de Fevereiro. Por isso, as actividades regulares da Fundação (estudos, publicações, parcerias *media*) serão reforçadas, com a publicação de nove Ensaios e oito Retratos, a divulgação de nove estudos e novas adjudicações de estudos, de acordo com o novo Programa Científico trienal, aprovado pelos Órgãos Sociais da Fundação em 2018. Além disso, a Fundação organizará um ciclo de cinco debates, com dez reputados oradores internacionais, dedicados aos seguintes temas: mulher, segurança social, ética, política e valores, futuro do planeta (em parceria com a Fundação Oceano Azul), ciência e universo.

Espera-se, assim, um ano muito intenso para a Fundação, com um aumento de *output* (oito Estudos, nove Ensaios e nove Retratos), debates relevantes, actuais e com grande potencial mediático. As parcerias estabelecidas com os *media* – em especial o programa *Fronteiras XXI*, que iniciará a sua terceira temporada – aliado ao aumento da presença da Fundação nas redes sociais e em todo o universo digital, tem permitido chegar a novos públicos, sobretudo mais jovens. As infografias, vídeos e conteúdos animados continuarão, por isso, a ser uma aposta na divulgação de conteúdos; na sequência da experiência já adquirida, a criação de uma Escola de Verão, que se prevê arrancar em Junho de 2019, em parceria com a Universidade Nova SBE, será outro passo nessa direcção.



Relatório e Contas

Balanço

Período findo a 31 de Dezembro de 2018

EUROS

Activo	NOTAS	2018	2017
Activo Não Corrente			
Investimentos financeiros	16.2	11.760	9.121
Activo Corrente			
Inventários	5.3	145.287	195.487
Clientes	6	39.845	50.761
Estado e outros entes públicos	7.1	63.565	11.913
Outros créditos a receber	8	55.091	14.426
Diferimentos	9	145.476	43.611
Outros activos financeiros	4.2	0	4.008.285
Caixa e depósitos bancários	4.1	9.818.665	5.155.921
Total do activo		10.279.689	9.489.525
Fundos Patrimoniais e Passivo			
		2018	2017
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos			
Dotações de fundadores	10.1	1.000.000	1.000.000
Resultados transitados	10.2	6.514.209	5.893.175
		7.514.209	6.893.175
Resultado líquido do período		628.616	621.034
Total dos fundos patrimoniais		8.142.825	7.514.209
PASSIVO			
Passivo Corrente			
Fornecedores	11	1.475.736	1.053.591
Estado e outros entes públicos	7.2	132.185	101.486
Outras dívidas a pagar	12	528.943	820.239
Total do passivo		2.136.864	1.975.316
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10.279.689	9.489.525

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors members, including names like David, Felipe, and others.

O Contabilista Certificado (n.º 60077)

Handwritten signature of the Certified Accountant, Felipe Santos.

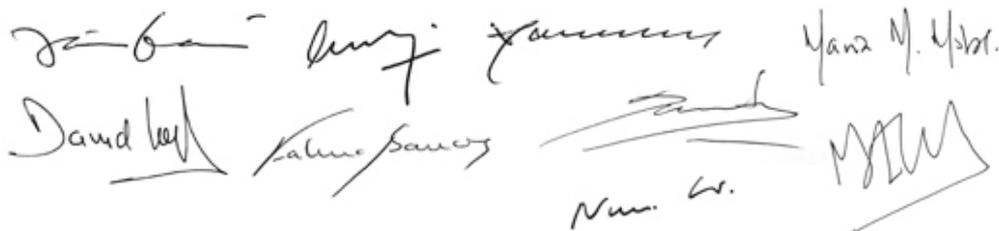
Demonstração dos Resultados por Naturezas

Período findo a 31 de Dezembro de 2018

EUROS

Rendimentos e Gastos	NOTAS	2018	2017
Vendas e serviços prestados	13.1	161.065	173.248
Subsídios, doações e legados à exploração	14	7.000.000	7.000.000
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5.1	(156.305)	(217.180)
Fornecimentos e serviços externos	15	(5.152.316)	(4.863.711)
Gastos com pessoal	16.1	(1.445.224)	(1.370.462)
Ajustamentos de inventários (perdas e reversões)	5.4	14.047	(63.043)
Aumentos/reduções de justo valor	18	(1.699)	(17.321)
Outros rendimentos	13.2	394.611	44.660
Outros gastos	17	(186.076)	(66.489)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		628.104	619.702
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		628.104	619.702
Juros e rendimentos similares obtidos		512	1.332
Resultado antes de impostos		628.616	621.034
Imposto sobre o rendimento do período	7.2	0	(245)
Resultado líquido do período		628.616	621.034

O Conselho de Administração



 David Bell, António Sá, Nuno G., Yana M. Vitor, M. J. Vitor

O Contabilista Certificado (n.º 60077)



 Filipe Simões

Demonstração de Fluxos de Caixa (Método Directo)

Período findo a 31 de Dezembro de 2018

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes e utentes	182.938	197.417
Pagamentos a fornecedores	(432.009)	(344.466)
Pagamentos ao pessoal	(624.424)	(611.300)
Caixa gerada pelas operações	(873.496)	(758.348)
IMPOSTOS:	(682.189)	(706.209)
Retenção de impostos sobre o rendimento		
IRS Categoria A	(330.371)	(353.674)
IRS Categoria B	(35.543)	(35.106)
IRC Categoria E	(20.346)	(20.703)
Contribuições para a Segurança Social	(295.929)	(296.725)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(1.555.685)	(1.464.557)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Outras operações (projectos)	(4.782.601)	(4.570.703)
Recebimentos provenientes de:		
Outros activos financeiros	4.006.586	
Juros e rendimentos similares	512	1.331
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(775.503)	(4.569.371)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Donativos	7.000.000	7.000.000
Pagamentos respeitantes a:		
Juros e gastos similares	(6.067)	(5.754)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)	6.993.933	6.994.246
Varição líquida de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4.662.745	960.318)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5.155.921	4.195.603
Caixa e seus equivalentes no final do período	9.818.665	5.155.921

O Conselho de Administração

Handwritten signatures of the Board of Directors and the Certified Accountant. The signatures include names like David, António, Nuno, and others.

O Contabilista Certificado (n.º 60077)

Handwritten signature of the Certified Accountant.

Anexo

Período findo a 31 de Dezembro de 2018

(montantes expressos em euros)

1. Nota Introdutória

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, doravante designada por “FUNDAÇÃO” ou “FFMS”, é uma entidade de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, criada pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. (Sociedade Fundadora), em 12 de Fevereiro de 2009, com sede no Largo de Monterroio Mascarenhas, n.º 1, Freguesia de Campolide, Concelho e Distrito de Lisboa.

A FUNDAÇÃO foi reconhecida através do Despacho n.º 13591/2009, de 5 de Junho de 2009, e declarada pessoa colectiva de utilidade pública pelo Despacho n.º 5159/2010 de 12 de Março de 2010, ambos emitidos pelo Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Em 1 de Março de 2013, foi publicado no Diário da República, 2.ª série – N.º 43 – Bloco C a confirmação do estatuto de utilidade pública da Fundação, passando-se, assim, a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de Julho.

A escritura dos novos estatutos realizada em 21 de Novembro de 2013 e publicada no portal do Ministério da Justiça foi aprovado pelo Conselho de Ministros, através do ofício n.º 3666/DAJD/2013.

A FUNDAÇÃO tem no seu objecto social o fim primordial de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando contribuir para o desenvolvimento inter-relacional da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas.

Neste âmbito, a FUNDAÇÃO desenvolveu estudos em diversas áreas sociais, como a demografia e população, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, estado, instituições democráticas, entre outras, estando apresentado o detalhe de cada um deles no Relatório Anual de Actividades.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Divulgação do referencial contabilístico utilizado na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas de acordo com o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, o qual integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho que transpôs, para a ordem jurídica interna, a Directiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de Junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais.

Sem prejuízo da aplicação da NCRF-ESNL em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sempre que esta norma não responda a aspectos particulares que se coloquem à Entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transacções ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objectivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a Entidade recorre, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada: (i) às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), (ii) às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e (iii) às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e respectivas interpretações (SIC e IFRIC).

As bases de preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

Continuidade

As operações realizadas foram registadas no pressuposto da continuidade da Entidade durante um período de pelo menos doze meses, mas sem limitação, a partir da data de balanço.

Regime da periodização económica (acrécimo)

Os itens são reconhecidos como activos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios

de reconhecimento. Os rendimentos e os gastos são reconhecidos à medida que são, respectivamente, gerados ou incorridos, independentemente do momento da respectiva receita/recebimento ou despesa/pagamento.

Consistência de apresentação

Os critérios de apresentação e de classificação de itens nas demonstrações financeiras são mantidos de um período para outro, a menos que (i) seja perceptível, após uma alteração significativa na natureza das operações, que outra apresentação ou classificação é mais apropriada, tendo em consideração os critérios para a selecção e aplicação de políticas contabilísticas contidas na NCRF-ESNL, ou (ii) a NCRF-ESNL estabeleça uma alteração na apresentação e, em todo o caso, (iii) a apresentação alterada proporcione informação fiável e mais relevante das demonstrações financeiras e (iv) se for provável que a estrutura de apresentação revista continue de modo a que a comparabilidade não seja prejudicada.

Compensação

Os activos e passivos e os rendimentos e gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo e nenhum gasto foi compensado por qualquer rendimento.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados na preparação das quantias das demonstrações financeiras apresentadas para o período de relato são as utilizados na preparação das quantias comparativas, pelo que sempre que a apresentação e a classificação de itens das demonstrações financeiras são emendadas, as quantias comparativas são reclassificadas, a menos que tal seja impraticável.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram excepcionalmente derrogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL, tendo em vista a necessidade de as mesmas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3. Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os conteúdos de todas as contas de balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- › Outros activos financeiros – Os fundos de tesouraria são registados pelo valor de aquisição, sendo no final de cada período económico valorizados à cotação indicada pela entidade bancária.
- › Clientes e outras contas correntes a receber – A maioria das vendas é realizada em condições normais de crédito, e os correspondentes saldos de clientes não incluem juros debitados ao cliente.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade.

- › Fornecedores e outras contas correntes a pagar – As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- › Acréscimos e diferimentos – As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.
- › Dotações de fundadores – As dotações do Fundador são registadas no Fundo de capital na data da confirmação da sua atribuição.

- › Subsídios à exploração – As participações recebidas do Fundador para fazer face às despesas com projectos e ao funcionamento da FUNDAÇÃO são reconhecidas na totalidade em rendimentos do período, critério este que foi adoptado a partir do período anterior (2016) por decisão da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, na sequência da assinatura do novo Acordo de Concessão de Dotações, a 11 de Fevereiro de 2016, com a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SE, por um período de dez anos. (Nos períodos anteriores a 2016, a afectação destas participações ao Resultado do período era efectuada em função do valor dos gastos ocorridos no próprio período, na exacta medida em que não eram compensados por outros rendimentos).
- › Inventários – As mercadorias que correspondem aos livros Ensaio e à *Revista XXI* e outras publicações são mensuradas pelo custo de produção ou o valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.
- › Resultado líquido do período – o saldo apurado, no período anual, positivo ou negativo, é transferido para o Fundo patrimonial, rubrica de Resultados transitados (nos períodos anteriores a 2016, o Resultado do período apurado era sempre nulo, por efeito do procedimento de registo dos rendimentos referido na alínea anterior).

4. Fluxos de caixa e outros activos financeiros

4.1. O saldo da rubrica “Caixa e seus equivalentes no final do período” da Demonstração dos fluxos de caixa e o da correspondente rubrica do Balanço integra o numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses), cuja decomposição é a apresentada abaixo:

	2018	2017
Numerário	1.018,48	3.793
Depósitos	9.817.646,87	5.152.128
Subtotal	9.818.665,35	5.155.921
Fundos de Tesouraria (Obrigações)	0	4.008.285
Total	9.818.665	9.164.206

4.2. O valor de “Outros activos financeiros” do período anterior, no montante de 4.008.285 euros, respeitava à aplicação de recursos financeiros em fundos de tesouraria que no decurso deste exercício foram resgatados e os valores transferidos para a conta de depósitos à ordem.

5. Inventários

5.1. O movimento ocorrido na rubrica de Inventários – mercadorias para apuramento do custo das mercadorias vendidas foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial 31.12.17	Aumentos	Diminuições	Saldo final 31.12.18
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	366.459	91.253	137.699	320.013
Mercadorias – anuários e outras publicações	213.629	90.307	108.107	195.830
Total	580.089	181.560	245.806	515.843

5.2. O valor de mercadorias em inventário, juntamente com o que se encontrava à consignação, não considerando o valor de imparidades, é o seguinte:

Rubricas – Ensaio	Saldo final 31.12.18	Saldo final 31.12.17
Mercadoria Fundação	197.931	229.928
Mercadoria à consignação	122.082	136.531
Total [1]	320.013	366.459

Rubricas – Anuários e Outras Publicações	Saldo final 31.12.18	Saldo final 31.12.17
Mercadoria Fundação	115.187	116.798
Mercadoria à consignação	80.643	96.831
Total [2]	195.830	213.629
Total Geral [1+2]	515.843	580.089

5.3. A perda por imparidade no inventário de Ensaios, *Revista XXI* e outras publicações referente às edições dos anos de 2010 a 2014, 2015, 2016 e 2017 foi reconhecida em 100%, 75%, 50% e 25%, respectivamente. O valor realizável de inventários em balanço é conforme se apresenta no quadro seguinte:

Rubricas	Valor Custo 31/12/2018	Imparidade	Valor Realizável Líquido 2018/12/31	Valor Realizável Líquido 2017/12/31
Inventários:				
Mercadorias – Ensaios	320.013	236.173	83.840	106.117
Mercadorias – <i>Revista XXI</i> e outras publicações	195.830	134.383	61.447	89.370
Total	515.843	370.556	145.287	195.487

5.4. O movimento do período da rubrica de Imparidades é o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial 31.12.2017	Imparidade (reversão)	Saldo Final 31.12.2018
Imparidade:			
Mercadorias – Ensaios	260.344	(24.170)	236.173
Mercadorias – <i>Revista XXI</i> e outras publicações	124.259	10.124)	134.383
Total	384.603	(14.047)	370.556

6. Clientes

A decomposição do saldo de clientes é a seguinte:

	2018	2017
Créditos a receber	49.443	60.358
Perdas por imparidades acumuladas	(9.598)	(9.598)
Total	39.845	50.761

O saldo de clientes refere-se, exclusivamente, a valores a receber da venda das publicações literárias editadas pela FUNDAÇÃO, ajustadas pelas respectivas perdas por imparidade. O valor da imparidade refere-se ao saldo a receber da ST&SF – Sociedade de publicações, Lda.

7. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos é composta da seguinte forma:

7.1. Activo

	2018	2017
Retenção na fonte (IRC)	12.037	11.913
IVA – A recuperar	51.528	0
Total	63.565	11.913

7.2. Passivo

	2018	2017
Retenções de imposto sobre o rendimento (IRS/IRC)	42.097	32.628
IVA – A liquidar	0	9.922
Contribuições para a Segurança Social	90.088	58.936
Total	132.185	101.486

A FUNDAÇÃO encontra-se abrangida pela isenção contemplada na alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do Código do IRC, tendo sido requerido ao ministro das Finanças o reconhecimento da isenção, conforme disposto no n.º 2 do mesmo artigo.

O valor em dívida à Segurança Social, da parte não corrente a liquidar em Janeiro do ano seguinte, corresponde a retenções sobre pagamentos de senhas de presença, efectuadas a três membros dos órgãos sociais que ainda não tinham confirmação de inscrição por parte dos serviços da Segurança Social, que no entanto veio a ocorrer em Janeiro de 2019.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001). Deste modo, a declaração fiscal da entidade referente ao ano de 2018 poderá vir a ser sujeita a revisão. Contudo, é entendimento da Administração que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades inspectivas não terão efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

8. Outros créditos a receber

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Acréscimo de proveitos	34.440	0
Outras contas a receber:		
Outros créditos	12.425	7.425
Adiantamentos a fornecedores	8.225	7.001
Subtotal	20.651	14.426
Total	55.091	14.426

O saldo de acréscimo de proveitos, no montante de 34.440 euros, corresponde a uma nota de crédito recebida em 2019 para anulação das transações (elaboração de estudos por parte da Universidade Nova de Lisboa) registadas em 2015 e 2016 que não se concretizaram.

Os restantes valores correspondem, na sua maioria, a diversos saldos que se encontram em análise com as entidades devedoras para regularização.

9. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos – activo, no valor de 145.476 euros (período anterior 43.611 euros) inclui o valor de 113.078 euros referente à contratação de oradores estrangeiros para o 10.º aniversário da Fundação, a realizar em Fevereiro de 2019.

O restante valor de 32.398 euros inclui, sobretudo, serviços prestados de assistência informática e prémios de seguros, cuja periodicidade abrange parte do período seguinte (2019).

10. Fundos patrimoniais

10.1. O valor da Dotação do FUNDADOR, no montante de 1.000.000 euros, foi totalmente realizado no período de 2009.

10.2. O saldo da conta de Resultados transitados, no montante de 6.514.209 euros, respeita i) à transferência do saldo da rubrica de Diferimentos do período findo a 31 de Dezembro de 2015, correspondente às verbas de dotações recebidas do Fundador, no âmbito do primeiro contrato de Acordo de Concessão de Dotações, no montante de 5.423.500 euros e que não foram utilizadas no financiamento da actividade da FUNDAÇÃO até à data da caducidade do referido Acordo (Fevereiro de 2016), conforme mencionado acima no ponto 3 – bases de apresentação; e ao ii) acréscimo do Resultado Líquido apurado no período de 2016 (469.675 euros) e no período de 2017 (621.034 euros).

11. Fornecedores

A rubrica de Fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Fornecedores conta-corrente	1.362.548	987.831
Consultores e prestadores de serviços individuais	113.188	65.759
Total	1.475.736	1.053.591

O saldo de Fornecedores conta-corrente, cujo vencimento decorre, essencialmente, entre os meses de Janeiro e Fevereiro, é na totalidade exigível, não havendo situações de litígio ou de protelação de prazos de pagamento.

12. Outras dívidas a pagar

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Dívidas por acréscimos de gastos:		
Remunerações a liquidar	178.682	266.313
Remunerações órgãos sociais	103.340	122.450
Outros acréscimos de gastos	241.141	421.453
Subtotal	523.164	810.217
Outra dívidas	5.779	10.023
Total	528.943	820.239

Os valores das rubricas de Remunerações a liquidar a colaboradores (178.682 euros) e aos órgãos sociais (103.340 euros) correspondem à estimativa dos encargos com férias e subsídio de férias a pagar em 2019, vencidas no exercício de 2018.

A rubrica de “Outros acréscimos de gastos” (241.141 euros) inclui, essencialmente, i) o valor de 139.841 euros de prestação de serviços de cedência de recursos humanos, rendas e comparticipação de gastos de condomínio (Unilever/JMDB/JMR); e ii) o valor de 101.300 euros referente a acréscimos de gastos com projectos da Comissão Científica, Publicações e Programas que já estavam em execução à data do encerramento do presente período.

13. Rédito

13.1. A rubrica de Vendas e Serviços prestados decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Venda de Ensaios	101.442	73.727
Venda de <i>Revista XXI</i> e anuário	1.833	30.684
Venda de outras publicações	42.402	55.190
Subtotal	145.676	159.602
Prestação de serviços (Encontros, e-books)	15.317	13.533
Prestação de serviços – Outros	72	114
Total	161.065	173.248

13.2. A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Correcções relativas a períodos anteriores	317.948	5.028
Outros	76.663	39.632
Total	394.611	44.660

O valor da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, no montante de 394.611 euros, inclui, essencialmente, i) anulação de excesso de estimativas de gastos provisionados em exercícios anteriores relativos a custos com pessoal, ii) o recebimento de bónus por desconto de volume anual na contratação de serviços de publicidade, iii) restituição de acerto de retenções de

Segurança Social referentes a anos anteriores, iv) regularização do IVA com custos das publicações não deduzido em exercícios anteriores, e v) anulação de serviços contratados que não se vieram a concretizar.

14. Subsídios, doações e legados à exploração

O total dos valores de doações do período, recebidas e registadas em Rendimentos, no montante de 7.000.000 euros, foram efectuadas na totalidade pelo Fundador – Sociedade Francisco Manuel dos Santos, S.E.

15. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Designação	2018	2017
Trabalhos especializados	3.865.338	3.411.518
Publicidade e comunicação	428.247	462.349
Deslocações e estadas	104.394	111.195
Conservação de edifícios e outros	78.383	63.900
Assessoria jurídica e outros	52.363	41.033
Rendas e alugueres e custos associados	134.954	143.433
Serviços de informática	20.023	3.568
Outros custos – Grupo	214.572	219.304
Despesas de representação	14.805	60.975
Despesas de comunicação e transporte	20.321	17.173
Outros fornecimentos e serviços	13.531	15.499
Outros custos	1.081.594	1.138.429
FSE – Custos projectos	4.946.932	4.549.947
FSE – Custos funcionamento	205.384	313.764
Total FSE	5.152.316	4.863.711

O valor de FSE – Custos projectos, no montante de 4.946.932 euros, incorpora a maioria dos gastos com os Projectos e Publicações desenvolvidos pela FUNDAÇÃO, conforme discriminados abaixo na nota 19. O valor de FSE – Custos de funcionamento, no montante de 205.384 euros, refere-se,

essencialmente, a despesas administrativas, manutenção do sistema informático e de outros serviço de gestão.

O remanescente para o valor total da rubrica, designada acima como Outros fornecimentos e serviços, no valor de 13.531 euros, corresponde à soma de diversas rubricas de montante reduzido, sendo os valores mais relevante as rubricas de despesas bancárias (2.289 euros), serviços de vigilância (3.603 euros) e artigos para oferta (7.570 euros).

16. Benefícios dos empregados

16.1. Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Remunerações de órgãos sociais	503.328	554.593
Remunerações do pessoal	577.039	487.654
Senhas de presença	135.098	132.409
Encargos sobre remunerações	207.908	182.748
Outros (seguros)	21.851	13.057
Total	1.445.224	1.370.462

O quadro de pessoal da FUNDAÇÃO integrava, no final do período, 18 colaboradores, dos quais quatro são membros do Conselho de Administração – Presidente e Vogais e da Comissão Executiva (18 colaboradores em 2017).

O valor das senhas de presença, atribuída aos membros do Conselho de Administração e Conselho de Curadores, constitui rendimento de trabalho dependente, categoria A e, como tal, está sujeito a retenção em sede de IRS e ao desconto de contribuições para a Segurança Social.

16.2. A Lei 70/2013, de 30 de Agosto, estabelece os regimes jurídicos do fundo de compensação do trabalho, do mecanismo equivalente e do fundo de garantia de compensação do trabalho, aplicável a todos os contratos celebrados após 1 de Outubro de 2013. No cumprimento da lei, o cálculo do fundo de compensação é efectuado através da aplicação da taxa de 0,925% sobre o salário base, tendo sido apurado o valor de 11.760 euros (no período anterior 9.122 euros) e registado na rubrica em balanço de Investimentos financeiros, respeitante a quatro trabalhadores.

17. Outros gastos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

	2018	2017
Outros Gastos e Perdas		
Ofertas de edições	89.501	40.468
Ofertas de outras publicações	50.187	0
	139.687	40.468
Quotizações e taxas	2.625	2.000
Correcção exercícios anteriores	37.499	15.091
Outros	6.264	8.930
	46.388	26.021
Total	186.076	66.489

O valor da rubrica de Ofertas de edições corresponde às publicações editadas pela FUNDAÇÃO doadas a instituições protocoladas e o valor da rubrica de Ofertas de outras publicações respeita a edições exclusivas para ofertas.

18. Aumentos e reduções de justo valor

A rubrica de Aumentos e Reduções de Justo Valor, no montante de 1.699 euros (período anterior 17.321 euros) compreende a perda na valorização de instrumentos financeiros (Fundos de Tesouraria), de acordo com a cotação indicada pelas instituições financeiras que gerem a respectiva carteira, antes da transferência para depósitos à ordem.

19. Outras informações – projectos promovidos e publicações

Os Projectos Promovidos pela FUNDAÇÃO, que incluem a Coordenação Científica, repartem-se em Projectos Científicos e Outros Programas, estando os primeiros organizados em três áreas: Economia, Instituições e Sociedade, e os segundos, em quatro áreas: Debates e Documentários, Portais, Encontros, e *Reporting & Sistemas de Comunicação*.

Até ao final do período de 2018, para a execução de Projectos Promovidos e Publicações a desenvolver pela FUNDAÇÃO, foi aprovado o valor de 41.106.386 euros e realizado o respectivo valor de 40.043.815 euros, conforme se discrimina no mapa de Proposta de Desembolso de Capital (PDC) seguinte:

Rubricas	VALORES APROVADOS			VALORES REALIZADOS		
	Acumulado 2009 a 2017	2018	Acumulado 2009 a 2018	Acumulado 2009 a 2017	2018	Acumulado 2009 a 2018
Economia	907.328	419.429	1.326.757	765.361	282.983	1.048.344
Instituições	1.591.878	328.587	1.920.465	1.466.995	277.080	1.744.075
Sociedade	2.721.781	705.544	3.427.325	2.623.580	613.278	3.236.858
Projectos anterior a 2014	3.832.572	0	3.832.572	3.832.572	0	3.832.572
Total Projectos Científicos*	9.053.559	1.453.560	10.507.119	8.688.506	1.173.338	9.861.844
Debates, Documentários e Outros Projectos	1.116.303	412.500	1.528.803	1.236.840	291.963	1.528.803
Portais	8.368.907	1.101.978	9.470.885	8.241.409	904.941	9.146.350
Encontros Fundação	8.580.303	1.308.629	9.888.932	8.599.822	1.176.033	9.775.855
Reporting & Sistemas de Comunicação	2.040.313	491.930	2.532.242	2.045.853	424.968	2.470.821
Total Outros Programas	20.105.826	3.315.036	23.420.862	20.123.925	2.797.905	22.921.829
Total Projectos Científicos e Programas	29.159.385	4.768.596	33.927.981	28.812.431¹	3.971.244	32.783.674
Publicações	5.889.231	1.289.174	7.178.405	6.048.064²	1.212.077	7.260.141
Total Geral	35.048.616	6.057.770	41.106.386	34.860.495	5.183.321	40.043.815
Verba a Cativar				188.121		1.062.571

* Os Projectos Científicos foram classificados a partir de 2018 em 3 áreas.

(1) Os gastos de Projectos Científicos e Outros Programas estão registados na rubrica de Fornecimentos e serviços externos – trabalhos especializados (inclui o valor de IVA suportado), sendo reconhecido o gasto em função da evolução e concretização das várias fases dos projectos.

(2) Os gastos de Publicações são, essencialmente, referentes à produção de livros, incluindo: i) custo das mercadorias consumidas, ii) ofertas de edições iii) Fornecimentos e serviços externos –Trabalhos especializados – gastos com eventos; acções POS e gestão logística e Fornecimentos e serviços externos – Publicidade e comunicação.

Resumo	2018	2017
Projectos aprovados com Projectos de Desembolso de Capital (PDC)	41.106.386	39.258.916
Valores gastos	(40.043.815)	(34.860.495)
Verba a cativar (para 2018)	1.062.571	4.398.421

O valor acumulado de gastos das PDC (2017) foi, neste período, corrigido em 45.558 euros por anulação do gasto de um projecto não concretizado.

Em 2018, foram reajustados os programas do Conselho Científico em 3 áreas: Economia, Instituições e Sociedade e foram reprogramados os projectos.

Para fazer face à verba a cativar de 1.062.571 euros, relativa aos projectos aprovados com Proposta de Desembolso de Capital (PDC), o valor de meios financeiros disponíveis no final do período era de 9.818.665 euros, correspondentes ao saldo da conta de Depósitos à ordem (Nota 4).

20. Outras informações – aplicação de fundos

À FUNDAÇÃO foi atribuído até à data, pelo Fundador, a Dotação de 1.000.000 euros e os subsídios de 59.000.000 euros (53.576.500 euros + 5.423.500 euros) e obteve ganhos em subsídios de outras entidades, vendas e prestações de serviços e outros proveitos não operacionais de 2.655.418 euros. Ao total destes ganhos foram afectos gastos da actividade operacional e custos de funcionamento, no montante de 54.676.354 euros, originando a 31 de Dezembro de 2018 o valor de Fundo Patrimonial de 8.188.383 euros, conforme se evidencia abaixo:

	2018		2009-2017		2009-2018
Subsídios (Nota 14)	7.000.000		46.576.500		53.576.500
Subsídios de outras entidades	0		211.170		211.170
Vendas e serviços prestados (Nota 13.1)	161.065		1.836.076		1.997.141
	7.161.065		48.623.746		55.784.811
Projectos (Nota 19)	5.183.321	75%	34.860.495	73%	40.043.816
Gastos de funcionamento (1)	1.744.251	25%	12.770.084	27%	14.514.335
Total gastos	6.927.572		47.630.579		54.558.151
Outros proveitos não operacionais (2)	395.123		97.542		492.665
Resultado do(s) período(s) (acumulado)	628.616		1.090.709		1.719.325
					1.090.709
Comparticipação do Fundador até 2015 transferida para Resultados transitados			5.423.500		5.423.500
Dotação inicial			1.000.000		1.000.000
Fundo Patrimonial			7.514.209		8.142.825

(1) O valor de Custos de funcionamento corresponde aos Gastos com pessoal (Nota 16.1), Gastos de funcionamento da rubrica de Fornecimentos e serviços externos (Nota 15) e os valores das rubricas de Gastos e perdas extraordinários (Nota 17 e Nota 18).

(2) O resultado líquido de Outros proveitos não operacionais resulta de rendimentos financeiros e de correcções de anos anteriores relativos (Nota 13.2).

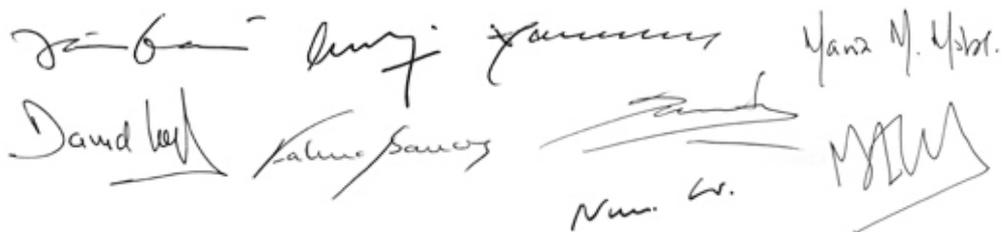
21. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Os honorários facturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a 7.380 euros.

22. Eventos subsequentes à data do balanço

Até à data da conclusão deste relatório não ocorreram acontecimentos que mereçam destaque para complementar a leitura das presentes demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração



Handwritten signatures of the Board of Directors, including names like David, António, and others, with some initials and a signature that appears to be 'Nuno G.'.

O Contabilista Certificado (n.º 60077)



Handwritten signature of the Certified Accountant, appearing to be 'Filipe Simões'.

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Fundação Francisco Manuel dos Santos (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 10.279.689 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.142.825 euros, incluindo um resultado líquido de 628.616 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Fundação Francisco Manuel dos Santos em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas datada de 23 de março de 2018 não continha ênfases ou reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Atividades nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, somos de parecer que o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Luís Miguel Gonçalves Rosado - ROC nº 1607
Registado na CMVM com o nº 20161217

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao Conselho de Curadores

No cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a acção fiscalizadora que efectuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **Fundação Francisco Manuel dos Santos** (doravante designada por Fundação), relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Acompanhámos o desenvolvimento da actividade da Fundação procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Administração, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram preparadas de acordo com o regime de normalização contabilística para as ESNL, exprimindo dessa forma a correcta situação patrimonial da Fundação.

Analísámos, também, o relatório preparado pelo Conselho de Administração, que relata os aspectos mais significativos das actividades e acções que foram e serão desenvolvidas pela Fundação.

Ressalvamos que o Parecer deste Conselho Fiscal está suportado na opinião emitida (que anexamos) sobre as demonstrações financeiras supra referidas pelo vogal Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., em resultado da incumbência que lhe foi atribuída face às competências técnicas que detém.

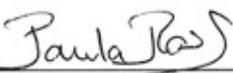
Face ao exposto, damos o nosso Parecer no sentido de que sejam aprovados o Relatório de actividades emitido pelo Conselho de Administração e as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

Lisboa, 22 de Março de 2019

O CONSELHO FISCAL,



Dr. Henrique Soares dos Santos
Presidente



Dr.ª Paula Prado Rosa
Vogal



ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A.
Representada por: Dr. João Carlos Miguel Alves (R.O.C. n.º 896)



Anexos

Anexo I

Carta de Princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos propõe-se pensar, estudar e contribuir para o melhor conhecimento da realidade portuguesa. É seu propósito colaborar no esforço de resolução dos problemas da sociedade, em benefício de todos os Portugueses e das gerações futuras.

Para alcançar esse objectivo, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas que, obedecendo aos mais elevados padrões de rigor e qualidade, permitam uma melhor compreensão da realidade, apresentem soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundem o debate em torno dos grandes problemas nacionais e contribuam para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos será norteadada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actuará com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas, credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos

são os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos considera essencial promover um envolvimento mais activo da sociedade civil na reflexão e na resolução dos problemas nacionais, pelo que envidará todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades, garantindo ainda a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos entende que a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas recomendações é um objectivo tão importante quanto a realização de estudos e trabalhos de investigação.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pelos Fundadores.

Anexo II

Estatutos

Artigo 1.º

Natureza

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, criada pela sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. (Fundadora), é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, que se rege pelos presentes Estatutos e, no que neles for omissa, pela Lei Portuguesa.

Artigo 2.º

Fins e Objecto

1. O fim primordial da Fundação é o de promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. Com esse propósito fundamental, sem prejuízo da realização de outras actividades adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação promoverá estudos em diversas áreas, elaborando análises sobre temas seleccionados, publicando os resultados, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos.

2. As áreas abrangidas serão as mais variadas, com especial relevo para: a) População e demografia; b) Condições sociais e económicas das famílias e das pessoas; c) O desenvolvimento económico, social e humano; d) Identidade nacional e cultural; e) O Estado, a Administração Pública, as instituições democráticas e a organização do território; f) A Justiça, os Direitos e deveres dos cidadãos; g) O Estado de protecção social, a Saúde, a Educação e a Segurança social; h) As políticas públicas; i) A sociedade civil, as instituições privadas, as associações e as empresas.

3. Os projectos a realizar pela Fundação deverão satisfazer os mais elevados critérios de rigor científico e independência de análise; traduzir uma real pluralidade de opiniões; garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores; ter como prioridade as questões relevantes da sociedade.

4. A Fundação será independente de organizações e interesses políticos, partidários, económicos, religiosos e outros.

5. A Fundação aprovará uma Carta de Princípios e um Código de Boas Práticas, documentos esses que serão amplamente divulgados e incluirão normas e regras de conduta que os titulares dos órgãos sociais se comprometerão a cumprir e fazer cumprir.

Artigo 3.º

Exclusões

A Fundação não poderá conceder donativos ou por outros meios promover quaisquer actividades de prestação de cuidados de saúde, beneficência, desporto, criação artística, expressão cultural, educação, formação académica ou profissional, investigação científica individual, nem contribuir para custos gerais e correntes de entidades ou organizações, construção de edifícios, aquisição de equipamentos e viaturas, aluguer de instalações, participação em conferências e congressos, espectáculos, actividades de cariz político ou partidário, associativismo profissional, nem colaborará em apelos públicos de recolha de fundos, organização de exposições ou museus e preservação do património cultural ou edificado.

Artigo 4.º

Duração

A Fundação tem duração ilimitada.

Artigo 5.º

Sede

A Fundação tem sede no Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 1099-081 Lisboa, freguesia de Campolide, Concelho de Lisboa.

O Conselho de Administração poderá criar delegações ou outras formas de

representação onde for considerado necessário ou conveniente para a realização do seu fim.

Artigo 6.º

Património

1. O património da Fundação é constituído:

- a) Por um capital inicial próprio de € 1.000.000,00 (um milhão de euros), que a Fundadora lhe destinou;
- b) Pelas dotações que vierem a ser contratadas com a Fundadora;
- c) Pelo produto, em bens ou direitos, de quaisquer subsídios, donativos, heranças, legados ou cedências a título gratuito, de quaisquer entidades, públicas ou privadas, portuguesas ou estrangeiras;
- d) Por todos os bens, móveis ou imóveis, e direitos que a Fundação venha por outro modo a adquirir;
- e) Pelos rendimentos resultantes da gestão do seu património;
- f) Pelo produto dos empréstimos que venha a contrair;
- g) Pelos rendimentos provenientes dos serviços prestados no desenvolvimento da sua actividade.

2. Para todos os efeitos, é expressa vontade da Fundadora conferir a natureza de rendimentos da Fundação aos benefícios económicos referidos nas alíneas b) a g) do número anterior, bem como a quaisquer outros benefícios económicos auferidos pela Fundação com excepção dos

relacionados com o capital inicial próprio referido na alínea a) do número anterior ou outros a que seja especificamente atribuída a natureza de capital próprio.

Artigo 7.º

Investimentos e Contribuições

A Fundação pode alienar e onerar bens ou direitos e contrair obrigações, bem como realizar investimentos, nos termos que a sua administração julgue adequados à prossecução dos seus fins ou à realização de uma aplicação mais produtiva ou segura dos valores do seu património.

A Fundação não pode aceitar doações, heranças ou legados sujeitos a condição ou a encargo que contrariem o seu objecto, finalidade e independência.

Artigo 8.º

Órgãos da Fundação

São órgãos da Fundação o Conselho de Curadores, o Órgão de Fiscalização, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

Artigo 9.º

Conselho de Administração

1. O Conselho de Administração é composto por cinco a onze membros, sempre em número ímpar, um dos quais será o

Presidente, dele fazendo parte a Comissão Executiva conforme previsto no artigo 11.º.

2. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de cinco anos, sendo renovável até duas vezes.

3. O Presidente e os restantes membros do Conselho de Administração são eleitos pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente deste.

4. Se um membro do Conselho de Administração for membro do Conselho de Curadores, suspende o respectivo mandato neste último Conselho, enquanto exercer aquelas funções.

5. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 10.º

Competência do Conselho de Administração

1. Compete em especial ao Presidente do Conselho de Administração promover os projectos tendentes à realização dos fins da Fundação.

2. Compete ainda ao Presidente do Conselho de Administração, sempre que considerar adequado, propor ao Conselho de Curadores a adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação.

3. Compete ao Conselho de Administração gerir o património da Fundação, bem como deliberar sobre propostas de alteração dos estatutos, de modificação e de extinção da Fundação e, em especial:

- a) Administrar o património da Fundação, praticando todos os actos necessários a esse fim, incluindo os actos previstos no n.º 1 do artigo 7.º;
- b) Aprovar os planos anuais de actividade, o relatório, balanço e contas do exercício, submetendo-os à aprovação do Conselho de Curadores;
- c) Aprovar o orçamento anual;
- d) Instituir e manter sistemas internos de controlo contabilístico, de forma a reflectirem, precisa e totalmente em cada momento, a situação patrimonial e financeira da Fundação;
- e) Deliberar sobre a abertura de delegações ou outras formas de representação;
- f) Proceder à aceitação de donativos, patrocínios, participações e subsídios destinados a projectos concretos da Fundação.

Artigo 11.º

Comissão Executiva

1. A Comissão Executiva faz parte do Conselho de Administração e é constituída por um presidente e quatro vogais. O Presidente da Comissão Executiva pode acumular funções com as de Presidente do Conselho de Administração.

2. A Comissão Executiva é eleita pelo Conselho de Administração na primeira reunião do mesmo que tiver lugar, excepto se os seus membros tiverem já sido expressamente designados pelo Conselho de Curadores no âmbito da eleição do Conselho de Administração.

3. Competem, em geral, à Comissão Executiva funções de gestão corrente da Fundação e, em especial:

- a) Contratar, gerir e dirigir o pessoal;
- b) Avaliar e aprovar propostas de projectos ou actividades e todos os respectivos termos e condições, aprovar a concessão de subsídios, apoios ou empréstimos a projectos específicos e quaisquer outras despesas da Fundação;
- c) Tomar todas as decisões e exercer todas as funções que não estejam expressamente cometidas a outro órgão.

4. As deliberações da Comissão Executiva são tomadas por maioria, tendo o Presidente voto de qualidade.

Artigo 12.º

Vinculação da Fundação

1. O Conselho de Administração representa a Fundação, em juízo ou fora dele, com poderes de delegação em qualquer dos vogais do Conselho de Administração.

2. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho

de Administração, um dos quais deverá ser membro da Comissão Executiva.

3. O Conselho de Administração, bem como a Comissão Executiva podem constituir mandatários, delegando-lhes competência, podendo, nesse caso, a Fundação ficar obrigada pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário nos termos estabelecidos no mandato.

Artigo 13.º

Conselho de Curadores

1. O Conselho de Curadores é composto por cinco a nove Membros, designados de entre personalidades de mérito reconhecido e integridade moral comprovada e com competência nos domínios adequados ao desempenho das actividades da Fundação.

2. O Presidente do Conselho de Curadores é designado pela Fundadora, enquanto esta tiver existência jurídica. Se a Fundadora não tiver existência jurídica no momento da designação, o Presidente será eleito por maioria dos votos dos membros do próprio Conselho de Curadores.

3. Os demais membros do Conselho de Curadores são designados por deliberação do próprio Conselho, sob proposta do Presidente do Conselho de Curadores.

4. O mandato dos membros do Conselho de Curadores terá a duração de cinco anos, podendo ser prorrogado uma única vez por idêntico período. Pode, no entanto, o mandato de qualquer dos membros ser renovado para além do segundo período, por proposta do Presidente do Conselho de Curadores e deliberação por maioria de dois terços dos seus membros.

5. A limitação de mandatos prevista no número anterior não se aplica ao Presidente do Conselho de Curadores.

6. O mandato dos membros do Conselho de Curadores cessa:

- a) Por decurso do tempo, conforme disposto no número 4.
- b) Por morte ou incapacidade permanente;
- c) Por renúncia por carta dirigida ao Presidente do Conselho de Curadores;
- d) Por exclusão deliberada em escrutínio secreto por maioria de dois terços dos membros do Conselho em funções, com fundamento em indignidade, falta grave ou desinteresse manifesto no exercício das funções.

7. O Conselho de Curadores reúne, pelo menos, uma vez por semestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, de sua iniciativa ou a pedido do Presidente do Conselho de Administração ou da maioria dos membros do Conselho de Curadores.

8. Os membros do Conselho de Curadores podem fazer-se representar nas reuniões por outro membro, mediante comunicação escrita previamente dirigida ao Presidente, com excepção das votações a que se refere o artigo 16.º.

9. As funções de membro do Conselho de Curadores não são remuneradas, sendo-lhes, no entanto, atribuídas subvenções de presença e de transporte e ajudas de custo.

10. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho de Curadores são tomadas por maioria, tendo o seu Presidente voto de qualidade.

11. Os membros do Conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva podem participar nas reuniões do Conselho de Curadores, a convite do respectivo Presidente, sem direito de voto.

Artigo 14.º

Competência do Conselho de Curadores

1. Compete ao Conselho de Curadores:

- a) Garantir a manutenção dos princípios orientadores da Fundação e aprovar as linhas gerais do seu funcionamento e da prossecução dos seus fins.
- b) Designar, nos termos do artigo 9.º, n.º 3, os membros do Conselho de Administração.

- c) Destituir os membros do Conselho de Administração.
- d) Deliberar sobre as propostas do Presidente do Conselho de Administração, apresentadas nos termos do Artigo 10.º, n.º 2, quanto à adopção e/ou alteração de quaisquer formas de organização interna da Fundação, através da adopção de regulamentos internos, resoluções ou qualquer outro modo considerado conveniente.
- e) Designar os seus próprios membros, nos termos do artigo 13.º.
- f) Apreciar e aprovar o relatório, balanço e contas do exercício preparados pelo Conselho de Administração;
- g) Designar o Órgão de Fiscalização, nos termos do artigo 15.º;
- h) Definir o estatuto remuneratório dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como o valor das subvenções e ajudas de custo dos seus próprios membros, através de uma comissão composta por três membros do Conselho de Curadores, um dos quais o respectivo Presidente;
- i) Aprovar a aceitação de donativos, subsídios, heranças ou legados de quaisquer entidades, fora dos casos previstos no artigo 11.º, n.º 3, c), quer impliquem ou não para a Fundação a constituição de encargos ou o estabelecimento de condições.

2. A comissão referida na alínea h) do número anterior é eleita pelo Conselho

de Curadores, sob proposta do Presidente, que também preside à mesma, e delibera sob a sua proposta.

Artigo 15.º

Fiscalização

1. A fiscalização da Fundação é exercida por um Conselho Fiscal composto por um Presidente e dois vogais.

2. O órgão de fiscalização é designado pelo Conselho de Curadores, sob proposta do Presidente deste, tendo os mandatos a duração de cinco anos.

3. Compete ao órgão de fiscalização:

- a) Examinar e emitir parecer, anualmente, sobre o balanço e contas do exercício a aprovar pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Curadores;
- b) Verificar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação.
- c) Examinar e emitir parecer, trimestralmente, sobre as contas apresentadas pela Comissão Executiva.

Artigo 16.º

Modificação dos Estatutos, Transformação e Extinção

1. A modificação dos presentes Estatutos e transformação e extinção da Fundação só podem ser deliberadas sob proposta do Presidente do Conselho de Curadores,

mediante aprovação em reunião conjunta do Conselho de Administração e do Conselho de Curadores, tomada nos seguintes termos, sem prejuízo das disposições legais em vigor sobre a matéria:

- a) A proposta terá de obter os votos favoráveis da maioria dos membros em efectividade de funções de cada um daqueles Conselhos, individualmente considerados; e sem prejuízo da anterior alínea a), a proposta terá ainda de obter os votos favoráveis de dois terços da totalidade dos membros dos referidos Conselhos em efectividade de funções, conjuntamente considerados.
- b) Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação conjunta dos órgãos referidos no número anterior, for julgado mais conveniente para a prossecução do fim para que foi instituída, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis quanto ao destino dos bens em caso de extinção.

Artigo 17.º

Vontade da Fundadora

Os presentes Estatutos reflectem integralmente a vontade da sociedade Fundadora e quaisquer dúvidas que surjam quanto à interpretação ou aplicação dos mesmos deverão ser resolvidas pela mesma ou, caso esta não tenha existência jurídica, pelo Conselho de Curadores.

Anexo III

Declaração de Princípios e Código de Boas Práticas

I – Declaração de princípios

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, constituída em 12 de Fevereiro de 2009, é uma instituição sem fins lucrativos que tem como fim primordial promover e aprofundar o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas. A Fundação acredita que o incremento do pensamento e do estudo sobre a realidade nacional pode contribuir decisivamente para o seu melhor conhecimento e, dessa forma, para a resolução dos seus problemas, em benefício de todos os Portugueses da geração presente e das gerações futuras.

Com vista a alcançar estes seus propósitos, e sem prejuízo da realização de outras iniciativas adequadas à prossecução dos seus fins, a Fundação Francisco Manuel dos Santos dedicase e continuará a dedicar-se a promover a realização de estudos, trabalhos de investigação e outras iniciativas nas mais diversas áreas, que – assegurando os mais elevados padrões de rigor científico, qualidade e independência de análise – tenham por escopo elaborar

uma análise profunda e conhecedora de temas relevantes para a nossa sociedade, apresentando soluções concretas e recomendações para os decisores, aprofundando o debate em torno dos grandes problemas nacionais, e, desse modo, contribuindo para a justiça, para o desenvolvimento e para o reforço da coesão social.

Por meio destas obras, estudos e projectos – os quais, por imperativo inderrogável, devem traduzir uma real pluralidade de opiniões e garantir a liberdade crítica e de expressão dos seus autores – a Fundação Francisco Manuel dos Santos espera melhorar o conhecimento da realidade nacional, sobretudo junto da sociedade civil, cujo envolvimento activo na reflexão e na resolução dos problemas nacionais se afigura essencial para a sua digna resolução.

Aliás, justamente com vista a promover esse envolvimento, a Fundação Francisco Manuel dos Santos compromete-se ainda a envidar todos os esforços para dar aos cidadãos o mais amplo conhecimento das suas iniciativas e projectos. Nesse sentido, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará fornecer à sociedade portuguesa informação clara, objectiva e rigorosa sobre os resultados das suas actividades e iniciativas, garantindo ainda, deste modo, a máxima transparência quanto à sua organização, os seus fins, as suas fontes de financiamento e as suas actividades. Para além disso, a Fundação Francisco Manuel dos Santos promoverá ainda a realização de debates públicos alargados e plurais em torno das suas

recomendações, cuja concretização considera tão importante quanto a realização dos estudos e trabalhos de investigação acima mencionados.

As áreas nas quais a Fundação Francisco Manuel dos Santos pretende focar a sua actividade são muito variadas, embora se devam destacar – por consistirem naquelas onde a intervenção da Fundação Francisco Manuel dos Santos assume tendencialmente maior relevo – as áreas da demografia e população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, instituições públicas, grandes serviços públicos, relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

A actividade da Fundação Francisco Manuel dos Santos é, e sempre será, norteada pelos princípios da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social e pelos valores da democracia, da liberdade, da igualdade de oportunidades, do mérito e do pluralismo.

A Fundação Francisco Manuel dos Santos actua, e sempre actuará, com absoluta independência relativamente a todos os poderes públicos e privados, ideologias, correntes de opinião, tendências filosóficas,

credos ou confissões religiosas. Os seus órgãos funcionarão como os garantes do cumprimento das normas estatutárias, designadamente da sua independência.

Na prossecução das suas actividades, a Fundação Francisco Manuel dos Santos procurará ser fiel ao compromisso de responsabilidade social que constitui a sua missão, tal como foi definida pela Fundadora.

II – Código de boas práticas

INTRODUÇÃO E PRINCÍPIOS GERAIS

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, adiante designada «Fundação» ou «FFMS», rege-se pelos seus Estatutos, pela sua Carta de Princípios e pelo presente Código de Boas Práticas.

A Fundação rege-se:

- a) pelo princípio da transparência de normas e procedimentos, sendo públicos todos os seus códigos, regulamentos e dispositivos normativos, e devendo as actas das reuniões dos seus órgãos estatutários reproduzir integral e fidedignamente o que nelas ocorreu;
- b) pelo princípio democrático, sendo as decisões dos seus órgãos colegiais tomadas por maioria e igualdade de votos, com voto de qualidade nos casos especificamente previstos;
- c) pelo princípio da lealdade institucional, cabendo a todos os titulares de órgãos estatutários e colaboradores da FFMS o cumprimento dos princípios e da missão

da Fundação e, bem assim, dos seus regulamentos e normas e das deliberações dos seus corpos directivos, devendo ainda agir de acordo com padrões de boa-fé, diligência, responsabilidade, zelo e cuidado, e ainda por elevados princípios éticos de integridade e lealdade, em conformidade com os princípios de ética e conduta profissional elencados no presente Código de Boas Práticas;

- d) pelos princípios da verdade e da legalidade, assumindo a Fundação compromisso de que toda a informação por si prestada é actual, objectiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis. assume o compromisso de que toda a informação por si prestada é actual, objectiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis. assume o compromisso de que toda a informação por si prestada é actual, objectiva, verdadeira, clara e completa, respeitando as disposições legais, regulamentares e contratuais aplicáveis.

ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Salvo disposição em contrário, o Código de Boas Práticas da Fundação é aplicável a todos os titulares dos seus órgãos estatutários e a todos os colaboradores, constituindo também uma referência para o público no que se refere aos padrões de ética e conduta exigíveis à Fundação.

PRINCÍPIOS E REGRAS FUNCIONAIS

Relação com o público

A conduta dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação nas relações com os beneficiários da acção da FFMS deve pautar-se por práticas honestas, transparentes, esclarecidas, profissionais e diligentes por forma a desenvolver vínculos de confiança e credibilidade, dessa forma contribuindo para o sucesso e fiabilidade da Instituição.

Relação com entidades externas à Fundação

Os contactos, formais ou informais, com representantes de outras instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, devem sempre reflectir as orientações e as posições da Fundação, devendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores pautar o seu relacionamento por critérios de qualidade, integridade, cortesia e transparência.

Seleção e recrutamento de colaboradores e fornecedores

A Fundação selecciona os seus colaboradores e fornecedores mediante uma avaliação objectiva e transparente, tendo por critérios, nomeadamente, o seu mérito, as condições de prestação de serviços e de fornecimento, a garantia de qualidade nos bens e serviços prestados e o cumprimento das melhores práticas ambientais.

Missão

Todos os colaboradores são indispensáveis à prossecução da missão e dos fins estatutários da Fundação, que se pretende sejam desenvolvidos de forma sustentada e alicerçados na criação de uma cultura baseada nos valores da confiança, respeito mútuo, responsabilização e desenvolvimento de objectivos e, bem assim, de disciplina laboral.

Ambiente de trabalho e cultura organizativa

A Fundação assume como objectivos prioritários a criação e manutenção de um clima organizacional e social de bem-estar que estimule o desenvolvimento profissional e pessoal de cada indivíduo e, bem assim, que reconheça e premeie o esforço e a contribuição individual e colectiva com vista à prossecução da sua missão.

Acção social

A Fundação assume o compromisso de desenvolver uma política de acção social efectiva e de integração social tendo em vista responder às necessidades dos colaboradores, com o objectivo de melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida.

Proibição de discriminação

Na sua actuação, todos os titulares dos órgãos estatutários e colaboradores da Fundação não podem praticar actos que envolvam qualquer tipo de discriminação ou assédio, nomeadamente com base

nas ligações pessoais ou familiares, raça, género, idade, orientação sexual, capacidade física, convicções ideológicas, religiosas ou outras.

Proibição de comportamentos ofensivos

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem, igualmente, abster-se do uso de linguagem imprópria ou inadequada e de outros comportamentos que, por acção ou omissão, possam ser considerados ofensivos pelos colaboradores ou que consubstanciem qualquer pressão que possa razoavelmente ser considerada abusiva.

Protecção de dados pessoais

1. A Fundação assume o compromisso de proteger os dados pessoais que, em razão da sua natureza e actividade específica tenha acesso e/ou seja depositária, obrigando-se ao cumprimento do dever de confidencialidade, não podendo os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores, por qualquer forma, divulgar, transmitir ou utilizar dados pessoais e ou informação confidencial, excepto se no âmbito normal das suas funções e/ou em cumprimento da lei ou de decisão judicial transitada em julgado.

2. Quando verificadas as excepções antecedentemente previstas, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação conformarão estritamente a sua conduta às normas legais e às melhores práticas em

matéria de tratamento de protecção de dados pessoais e informação confidencial.

Higiene, segurança e saúde no trabalho

Os colaboradores da Fundação devem cumprir as ordens e instruções dos seus superiores hierárquicos em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, devendo, nomeadamente, abster-se do consumo de álcool ou substâncias ilícitas no exercício das suas funções.

Protecção ambiental

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem adoptar as melhores práticas de protecção ambiental, nomeadamente, promovendo uma gestão eco-eficiente, de forma a minimizar o impacto ambiental das actividades e uma utilização responsável dos recursos da Fundação.

Dever de zelo e rigor técnico e profissional

Os colaboradores da Fundação devem exercer a sua actividade com o máximo zelo e rigor técnico e profissional, promovendo a melhoria contínua dos padrões de qualidade do serviço prestado pela FFMS, deles se esperando, nomeadamente:

- a) Que conheçam e actuem de acordo com as normas e instruções aplicáveis ao exercício da sua função;
- b) Que procurem continuamente aperfeiçoar e melhorar os seus conhecimentos.

Dever de informação e reporte

Sempre que possível, e de acordo com critérios de razoabilidade e prudência, devem os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação reportar quaisquer actos em desconformidade com a lei e o presente Código, nomeadamente de pressão abusiva ou de assédio, de que tenham conhecimento, não podendo, por isso, ser punidos ou prejudicados.

Dever de informação funcional

1. Para além do adequado desempenho das tarefas de que forem incumbidos, os colaboradores da Fundação deverão proceder de forma transparente, mantendo os seus superiores hierárquicos e outros colaboradores intervenientes nos mesmos processos ao corrente do seu trabalho.

2. É contrária ao dever de lealdade institucional a omissão de factos ou informações que possam afectar o bom nome, a integridade, ou a qualidade dos serviços prestados pela Fundação, os quais devem ser sempre reportados de acordo com critérios de prudência e razoabilidade e pelos canais hierárquicos adequados.

Reserva funcional e dever de sigilo profissional

1. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação não podem divulgar ou transmitir informações obtidas no desempenho das suas funções, nem a

pessoas externas à Fundação, nem a outros colaboradores que delas não necessitem para o cumprimento das suas funções.

2. É igualmente vedada aos titulares dos órgãos estatutários e aos colaboradores da FFMS a utilização de informação a que tenham acesso no desempenho das suas funções para promover interesses próprios ou de terceiros.

Recursos da Fundação

1. Cada um dos titulares dos órgãos estatutários e dos colaboradores da Fundação é responsável pelo uso adequado e protecção dos activos e dos recursos da FFMS, ficando, assim, obrigado a utilizar tais activos e recursos para o respectivo fim social e a proteger os mesmos contra a fraude, furto, alteração ou perda decorrente de actos próprios e/ou de terceiros, velando pela sua conservação e pelo seu bom uso.

2. Compete aos órgãos estatutários e, em particular, aos responsáveis pela gestão dos recursos da Fundação adoptar procedimentos e conduta que assegurem a prudência e um uso parcimonioso dos meios disponíveis, o combate ao desperdício e a proscricção de despesas voluptuárias e gastos incompatíveis com o perfil e a missão da FFMS.

3. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem respeitar e proteger o património da Fundação.

Os recursos da Fundação devem ser utilizados de forma eficiente, com vista à prossecução dos objectivos definidos e não para fins pessoais, devendo os colaboradores zelar pela sua protecção e bom estado de conservação e não permitir a utilização abusiva por terceiros dos seus serviços, equipamentos e instalações.

4. Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem ainda, no âmbito da sua actividade, adoptar todas as medidas adequadas e justificadas no sentido de limitar os custos e despesas da Fundação, com a finalidade de permitir a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis.

Proibição de percepção de ofertas ou outros benefícios

1. Em respeito pelos princípios da transparência, da imparcialidade e da independência, os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação estão impedidos de receber quaisquer ofertas, pagamentos ou outros benefícios de cliente, fornecedor e/ou beneficiário, que de qualquer forma se relacionem com a sua actividade na Fundação.

2. Nestes termos, é declarada como norma a recusa deliberada de ofertas cujo valor de mercado exceda os € 150,00.

Corrupção

Os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação devem opor-se activamente a todas as formas de corrupção, activa ou passiva, tendo especial atenção a quaisquer formas de pagamentos, favores e cumplicidades que possam induzir a criação de vantagens ilícitas, tais como ofertas ou recebimentos de fornecedores ou outras entidades.

Conflito de interesses

1. Entende-se que existe conflito de interesses, actual ou potencial, sempre que os titulares dos órgãos estatutários ou os colaboradores permanentes da Fundação tenham um interesse pessoal ou privado, directo ou indirecto, que em determinada matéria que possa influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho imparcial e objectivo das suas funções ou por qualquer forma colida, potencial ou efectivamente, em conflito com o interesse da Fundação no âmbito de uma determinada deliberação, e, bem assim, de quaisquer circunstâncias relativas ao titular de órgão estatutário ou ao colaborador em causa ou a um terceiro susceptíveis de, naquele contexto, limitar por qualquer forma a sua imparcialidade.

2. Por interesse pessoal ou privado entende-se qualquer potencial vantagem para o próprio, para os seus familiares e afins, para o seu círculo de amigos, para outro titular de órgão estatutário ou

colaborador permanente da Fundação, para empresa em que tenha interesses ou instituição a que pertença.

3. Os eventuais conflitos de interesses deverão ser imediatamente comunicados, consoante os casos, ao superior hierárquico, ao Presidente do Conselho de Administração ou ao Presidente do Conselho de Curadores,

4. Se o superior hierárquico, o Presidente do Conselho de Administração ou o Presidente do Conselho de Curadores concluir pela existência de um conflito de interesses, depois de analisada a situação exposta pelo administrador em questão, decidirá que este não participa na discussão e/ou votação das deliberações em apreço ou meramente relacionadas.

5. As actas das reuniões dos órgãos estatutários da Fundação deverão reproduzir qualquer situação de conflito de interesses assumida pelos respectivos membros.

6. Os titulares dos órgãos estatutários deverão, consoante os casos, enviar ao Presidente do Conselho de Curadores ou ao Presidente do Conselho de Administração, nos 30 dias subsequentes à entrada em vigor do presente Código, uma lista das instituições ou empresas das quais sejam membros ou nas quais ocupem qualquer função, bem como proceder à sua actualização sempre que se verifiquem quaisquer alterações.

7. Será criado um Registo de Interesses através de um Regulamento, divulgado na página oficial da Fundação na Internet.

Exclusividade

1. O exercício pelos colaboradores ou membros da Comissão Executiva de quaisquer actividades profissionais externas à Fundação, remuneradas e não remuneradas, deverá ser sempre previamente autorizado pelo Conselho de Administração.

2. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva poderão exercer actividades científicas ou académicas, podendo dedicar-se à docência ou à investigação, proferir conferências, redigir livros ou artigos de natureza técnico-científica ou desenvolver outras actividades da mesma natureza, mesmo quando o tema se relacione com o âmbito das suas atribuições profissionais, e ainda exercer funções não executivas em outras instituições.

3. O exercício de uma actividade profissional externa que diminua substancialmente o tempo disponível dos colaboradores ou membros da Comissão Executiva para o exercício das suas atribuições deverá reflectir-se, necessariamente, na respectiva remuneração.

4. Os colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação deverão comunicar ao Presidente do Conselho de Administração todas as funções

que exercem, a título remunerado ou não remunerado, noutras instituições.

Incompatibilidades

1. São incompatíveis com o exercício das suas atribuições como colaboradores ou membros da Comissão Executiva da Fundação, nomeadamente, os seguintes cargos ou funções:

- a) Titular ou membro de qualquer órgão de soberania;
- b) Função executiva ou consultiva em outras fundações.

2. O Conselho de Administração deliberará caso a caso quanto ao exercício de funções executivas em empresas públicas ou privadas pelos membros da Comissão Executiva.

Actividades Políticas

1. No exercício de actividades cívicas ou políticas, os colaboradores e os titulares dos órgãos estatutários da Fundação devem preservar a independência da FFMS e não comprometer a sua capacidade e a sua aptidão para prosseguir as suas atribuições nos termos dos respectivos Estatutos.

2. Os membros da Comissão Executiva, Coordenadores e Consultores de Área não podem fazer parte de quaisquer órgãos de direcção política ou executiva nacional nem ser porta-vozes de partidos políticos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Publicidade

1. O Código de Boas Práticas da Fundação é público e deverá ser divulgado e colocado à disposição de todos os colaboradores, em suporte electrónico através da Intranet, e prevê a possibilidade de, através de um processo continuado e participativo, se proceder à sua actualização e adaptação.

2. A Fundação deverá adoptar medidas eficazes para informar o público sobre o presente Código, designadamente disponibilizando-o na sua página oficial na internet (www.ffms.pt).

3. No processo de admissão de colaboradores da Fundação deverá constar a declaração de conhecimento e aceitação do presente Código.

Sanções

A violação de qualquer norma ou princípio subjacente e imanente ao presente Código de Boas Práticas pode implicar para o incumpridor a abertura de procedimento disciplinar.

Dúvidas e omissões

1. Para esclarecimento de dúvidas que se coloquem a propósito das matérias objecto do presente Código, para a comunicação de qualquer irregularidade ou para a resolução de eventuais problemas será nomeado

um Curador que ficará especialmente responsável pela aplicação do presente Código, devendo ser-lhe veiculado directamente qualquer pedido de esclarecimento, queixa ou outros assuntos que os titulares dos órgãos estatutários e os colaboradores da Fundação considerem ser de colocar junto do Conselho de Administração ou do Conselho de Curadores.

2. Nas situações omissas no presente Código, compete ao Conselho de Administração ou ao Conselho de Curadores, consoante os casos, deliberar em harmonia com a Carta de Princípios da Fundação.

Entrada em vigor

O presente Código entra em vigor na data da sua divulgação por todos os colaboradores e serviços da Fundação e obriga, sem excepção, todos aqueles abrangidos pelo seu âmbito tal como nele definido, não lhes sendo lícito a invocação de desconhecimento e/ou obscuridade como causa de exclusão de culpa e/ou responsabilidade.

Alteração, modificação ou substituição

O presente Código apenas pode ser alterado, modificado ou substituído, total ou parcialmente, por deliberação conjunta do Conselho de Curadores e do Conselho de Administração da Fundação.

Anexo IV

Declaração de Utilidade Pública de 2010 e Ratificação de 2013



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros

Despacho

Declaração de Utilidade Pública

A **Fundação Francisco Manuel dos Santos**, pessoa colectiva de direito privado n.º 508867380, com sede em Lisboa,

Promove e aprofunda o conhecimento da realidade portuguesa, procurando desse modo contribuir para o desenvolvimento da sociedade, o reforço dos direitos dos cidadãos e a melhoria das instituições públicas, através da elaboração de estudos sobre temas seleccionados, publicando os resultados no site Prodota, formulando recomendações e fomentando a discussão pública sobre as matérias que são objecto dos trabalhos, com especial relevo nas áreas da demografia e da população, condições sociais e económicas, desenvolvimento económico e social, saúde, educação, formação profissional, segurança social, Estado, identidade nacional, administração pública, direitos e deveres dos cidadãos, cidadania e instituições democráticas, relações laborais, organização do território, as cidades, a questão social, coesão social, desigualdades e conflito, justiça, políticas económicas e sociais, as instituições públicas, os grandes serviços públicos, as relações entre o Estado e os cidadãos, acesso à cultura, informação e comunicação social.

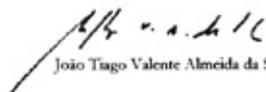
Instituída e reconhecida há cerca de um ano, a Fundação Francisco Manuel dos Santos prossegue, assim, fins de interesse geral e desenvolve, sem fins lucrativos, a sua intervenção em favor da comunidade em áreas de relevo social.

Tratando-se de uma fundação, não tem aplicação o prazo de três anos previsto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro, o qual podia, no entanto, ser dispensado visto estarem reunidas as condições das alíneas a) e b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 132/UP/2009 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, e no uso dos poderes que me foram subdelegados pelo Ministro da Presidência através do Despacho n.º 4213/2010, de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 48, de 10 de Março de 2010, declaro a Fundação Francisco Manuel dos Santos pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

Presidência do Conselho de Ministros, 12 de Março de 2010

O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros


João Tiago Valente Almeida da Silveira

Despacho n.º 3294/2013

A Fundação Francisco Manuel dos Santos, pessoa coletiva privada n.º 508867380, com sede na Rua Tierno Galvan, freguesia de Santa Isabel, concelho e distrito de Lisboa, foi instituída por escritura pública de 12 de Fevereiro de 2009 e reconhecida por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 5 de junho de 2009.

Por despacho do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros de 12 de março de 2010, publicado no Diário de República, 2.ª série, n.º 57, de 23 de março de 2010, obteve a declaração de utilidade pública ao abrigo do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de novembro.

Para cumprimento do disposto no n.º 7 do artigo 6.º do diploma preambular da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, veio pedir a confirmação do estatuto de utilidade pública.

Assim, conforme exposto na informação dos serviços DAJD/76/2013 do processo administrativo n.º 53/VER/2012 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho da Ministros, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 10503/2012, de 31 de julho de 2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 151, de 6 de agosto de 2012, confirmo o estatuto de utilidade pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, o qual passa a reger-se pelo disposto na Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.

29 de janeiro de 2013. — O Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, *Luis Maria de Barros Serra Marques Guedes*
3072013

Anexo V

Despacho de Autorização de Alteração Estatutária



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Secretaria-Geral

Registado c/ A.R.

Ex.ma Senhora
Dr.ª Isabel Mayer Martinha
Na qualidade de mandatária da
Fundação Francisco Manuel dos Santos
Rua Castilho, n.º 59, 4.º Dt.º
1250-068 Lisboa

S/ Referência	S/ Comunicação	N/ Referência	Ofício n.º	Data
		P.º 17/FUND/2016	3209/DAJD/2016	2016 DEZ 15

Assunto: Pedido de autorização de alteração estatutária

Relativamente ao assunto em epígrafe, junto remeto cópia do despacho autorizador proferido pela Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa em 13 do corrente mês de dezembro, bem como da informação ali referida, que leva anexo o texto dos estatutos.

Mais informo que deverá remeter a estes serviços, logo que disponível, cópia da escritura de alteração estatutária efetuada na sequência desta autorização.

Com os melhores cumprimentos

 A Secretária-Geral Adjunta

Catarina Romão Gonçalves


ANA SASSETTI da MOTA
Directora de Serviços
Assaltos Jurídicos e Documentação

Anexos:

- Cópia do despacho da SEAMA
- Cópia da Informação DAJD/1186/2016

MJG

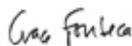
Mod - 4 FUND - notificação de autorização para alterar estatutos
Rua Professor Gomes Teixeira, n.º 2 - 1399-022 Lisboa
Tel.: +351 21 392 76 76

E-mail: fundacoes@sg.pcm.gov.pt
URL: www.sg.pcm.gov.pt

Despacho

No uso dos poderes delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 3440/2016, de 25 de fevereiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 47, de 8 de março de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 4 do Despacho n.º 2553/2016, de 11 de fevereiro de 2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 35, de 19 de fevereiro, e com os fundamentos constantes da informação DAJD/1186/2016, que mereceu a concordância da Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos e Documentação e da Secretária-Geral Adjunta da Presidência do Conselho de Ministros, que faz parte integrante do processo administrativo n.º 17/FUND/2016-SGPCM, defiro o pedido de autorização de alteração estatutária apresentado pelos órgãos próprios da Fundação Francisco Manuel dos Santos, nos termos do artigo 189.º do Código Civil e do artigo 31.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de setembro.

A Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa,



Graça Fonseca

Anexo VI

Organigrama da Fundação

31/12/2018



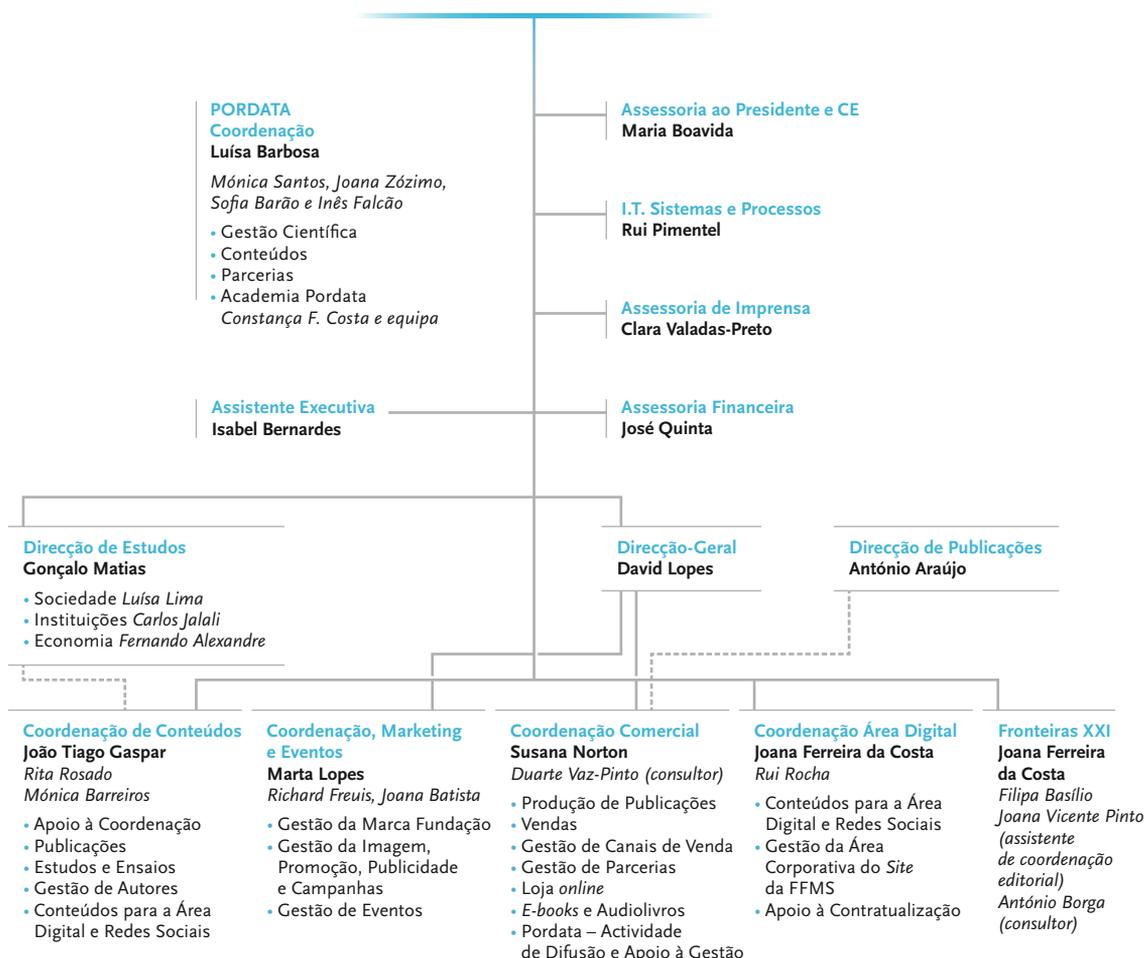
DIREÇÃO EXECUTIVA

Presidente da Comissão Executiva **Jaime Gama**

Direção-Geral **David Lopes**

Direção de Publicações **António Araújo**

Direção Científica **Gonçalo Matias**



Anexo VII

Procedimentos para a Avaliação de Actividades da Fundação

1. A avaliação das actividades da Fundação será feita no cumprimento dos princípios de bom governo nos termos do número 5 do Artigo 2 dos Estatutos, nomeadamente a adequação aos objectivos e propósitos da Fundação; conformidade com os Estatutos, os Planos e os Orçamentos; isenção e independência científica, política e económica; relevância social, política ou cultural; seriedade e frugalidade; e prestação de contas.

2. A avaliação das actividades da Fundação tem como objectivo assistir o Conselho da Administração e a Comissão Executiva do Conselho da Administração no cumprimento das suas responsabilidades nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, especificamente na tomada de decisões sobre actividades e publicações em curso, a manter, ou a desenvolver, assim como a cessar.

3. Em nenhum momento, a avaliação das actividades da Fundação inibe o poder de decisão do Conselho da Administração e da Comissão Executiva do Conselho da Administração nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno.

4. As avaliações podem ser internas e externas.

5. As avaliações internas serão periódicas e assentam nos princípios da responsabilização interna e da prestação de contas.

6. As avaliações externas serão excepcionais e assentam nos princípios da transparência, da consulta externa, da isenção, da independência e da exogamia.

7. A avaliação das actividades da Fundação enquanto elemento de consulta e de suporte à decisão será competência da Comissão Executiva, excepto quando envolva um montante superior a 100 mil euros nos termos do Regulamento Interno.

8. A Comissão Executiva informará previamente o Conselho de Administração de todas as avaliações que pretende realizar e do seu curso, incluindo os seguintes elementos formais:

- a) Tipo de avaliação
- b) Objectivo da avaliação
- c) Nome dos avaliadores
- d) Termos de referência da avaliação
- e) Calendário da avaliação
- f) Metodologia da avaliação

9. A Comissão Executiva informará o Conselho de Administração de todas as avaliações realizadas e terminadas, cujos resultados e relatórios finais serão fornecidos aos membros do Conselho de Administração que os solicitarem.

10. Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Interno, o Conselho de Administração poderá solicitar à Comissão Executiva uma avaliação interna ou externa com o objectivo específico de assistir o Conselho Administração no exercício das suas competências.

Anexo VIII

Lista de Sites da Fundação

Portal e Blog da Fundação

www.ffms.pt

Reformulado em Abril de 2016, o portal institucional da Fundação é uma plataforma para acompanhar todas as conferências, edições, estudos e programa científico e onde se encontram também as publicações em formato *E-book*. O ffms.pt dá acesso às diferentes bases de dados e *sites* da Fundação e é dotado de uma divisão funcional entre “*website*” e “*blog*” permitindo assim alternar entre a zona onde a Fundação apresenta o seu directório de serviços e a sua agenda editorial e a zona onde qualquer interessado entra numa sofisticada sala de leitura. Este novo espaço de partilha de reflexões e ideias contará com artigos de vários autores com diferentes abordagens no leque de temas sobre Portugal. Um aspecto crucial da nova plataforma da Fundação é a capacidade de

ser consultada tanto em telemóvel como *tablet*, estando assim os seus conteúdos disponíveis para uma audiência universal, independentemente dos meios de acesso utilizados. Para que o conhecimento esteja disponível onde e quando for necessário.

Pordata

www.pordata.pt

A Pordata foi apresentada ao público a 23 de Fevereiro de 2010 e é constituída por três bases de dados – Portugal, Europa e Municípios. Aqui encontram-se estatísticas provenientes de fontes oficiais e certificadas, com competências de produção de informação nas áreas respectivas. O esforço da Fundação consiste em recolher e organizar a informação existente, tornando-a mais acessível e clara para os utilizadores. Os dados são desde 1960, sempre que possível, e sobre diversos temas da sociedade, distribuídos em 2.900 quadros estatísticos.

Fronteiras XXI

www.frenteirasxxi.pt

Debater os grandes temas que desafiam Portugal e o mundo, colocando frente a frente conceituados especialistas e uma plateia seleccionada. É este o desafio do Fronteiras XXI, o programa mensal que resulta de uma parceria entre a Fundação Francisco Manuel dos Santos e a RTP. Ao longo de 90

minutos, moderados pela jornalista da RTP Ana Lourenço, analisam-se os temas que marcam a actualidade, mas também outros menos mediáticos, que afectam o dia-a-dia dos cidadãos, falando-se do presente a pensar no futuro. No *site* amplia-se o debate que se realiza na televisão, desafia-se o público a saber mais sobre os temas em discussão e a participar no programa ao vivo ou *online*.

POP – Portal de Opinião Pública

www.pop.pt

Lançado em Fevereiro de 2013, o POP é um agregador de dados sobre os valores, atitudes e comportamentos dos europeus nos últimos 20 anos e resultou da colaboração entre a Fundação e o ICS (Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa). Aqui pode analisar-se a evolução das opiniões ao longo do tempo, comparar a opinião pública entre povos e cruzar dois indicadores em simultâneo. Coligido com base em três grandes inquéritos europeus – Eurobarómetro, Inquérito Social Europeu e Estudo Europeu de Valores –, o *site* conta com mais de uma centena de indicadores sobre temas tão diversos como a Família, a Religião, a Política ou a Economia.

Direitos e Deveres do Cidadão

www.direitosedeveres.pt

Lançado em Abril de 2014, este portal destina-se a informar os cidadãos dos seus

direitos e deveres, tanto na relação entre eles como com as autoridades e demais instituições. Um meio de informação acessível, organizado e prático, sobre os direitos e os deveres do cidadão nas variadas situações do dia-a-dia que podem ter implicações jurídicas.

Para que qualquer cidadão, independentemente da sua profissão ou formação, possa conhecer os seus direitos e deveres, é necessário que a informação seja acessível. Por isso, a utilização de uma linguagem simples e inequívoca é uma prioridade deste projecto.

Com perto de um milhar de perguntas e respostas, o portal organiza-se em nove grandes temas. Apesar de ser actualizado regularmente, a contínua produção legislativa, nacional e europeia, não permite uma correcção imediata das respostas contidas no Portal. Assim, todas as perguntas e respostas encontram-se devidamente identificadas com a data da última actualização. Este portal não pretende resolver casos concretos que necessitem de apoio legal ou jurídico. A sua consulta não substitui a consulta de advogados e outros especialistas do Direito.

Pordata Kids

www.pordatakids.pt

Online desde Setembro de 2015, a Pordata Kids é uma plataforma estatística dedicada a crianças entre os 8 e os 12 anos. Está dividida em 10 grandes temas que podem

ser explorados navegando na “Cidade Por-data”. Muitas das estatísticas apresentadas acompanham metas curriculares, ajudando os professores a complementar as suas aulas com informações actualizadas e rigorosas sobre o país.

Cronologias do Portugal Contemporâneo

<http://cronologias.ffms.pt/>

Apresentado ao público em Fevereiro de 2016, neste *site* encontram-se mais de dez mil factos sobre os últimos 55 anos, histórias surpreendentes bem como os acontecimentos políticos, económicos e culturais mais relevantes entre 1960 e 2015. A RTP associou-se ao projecto disponibilizando o seu arquivo áudio e vídeo, havendo assim vários filmes ou notícias e peças de rádio em cada conteúdo. Por sua vez, o Círculo de Leitores dedicou-se à edição exclusiva desta obra em livro, produzindo cinco volumes, um por cada década.

Nascer em Portugal

<http://nascereportugal.ffms.pt/>

Apresentado publicamente em Maio de 2016, este projecto digital vem responder à pergunta “Temos menos filhos e cada vez mais tarde. Porquê?”. Partindo dos resultados do *Inquérito à Fecundidade 2013*, realizado no âmbito de uma parceria entre a Fundação e o INE, das estatísticas oficiais

conhecidas e do estudo *Determinantes da Fecundidade em Portugal* criou-se esta plataforma digital e interactiva, pensada para todos: homens e mulheres, mais ou menos novos, com ou sem filhos. A TVI24 associou-se ao projecto realizando reportagens que transportam o leitor para o campo da investigação jornalística sobre o tema. Apresentada de uma forma verdadeiramente inovadora, esta obra multimédia constituiu-se como uma referência essencial para quem quiser saber mais sobre os porquês de ter ou não ter filhos em Portugal.

Portugal Desigual

<https://portugaldesigual.ffms.pt/>

Lançado em Setembro de 2016, em parceria com a SIC e o jornal Expresso, este projecto interactivo tem por base o estudo *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*, da autoria de Carlos Farinha Rodrigues. Aqui encontram-se as principais alterações ocorridas na distribuição do rendimento e nas condições de vida dos Portugueses ao longo do período de vigência do programa de ajustamento.

GPS – Global Portuguese Scientists

<https://gps.pt/>

Uma plataforma digital para sabermos quantos são, onde estão e como são os

percursos dos cientistas portugueses espalhados pelo mundo. Apresentada publicamente em Novembro de 2016, a rede GPS tem como objectivo fomentar a colaboração entre cientistas portugueses que trabalham em diferentes países e aproximar a diáspora científica da sociedade portuguesa de modo a aumentar a sua visibilidade e reconhecimento em Portugal. Coordenado por David Marçal, o GPS é uma iniciativa da Fundação concretizada através de uma colaboração com a Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica – Ciência Viva, a Universidade de Aveiro e a Altice Labs.

Educação em Exame

<https://educacaoemexame.pt/>

A partir de 2000, o PISA (*Programme for International Student Assessment*) permitiu tirar a fotografia aos sistemas educativos, revelar sucessos e expor fraquezas. Os resultados dos alunos portugueses melhoraram significativamente nestes testes internacionais, passando da cauda da OCDE para desempenhos acima da média dos países da organização. Porquê? O que aconteceu para os resultados melhorarem? O *site Educação em Exame* apresenta os resultados do PISA, acrescentando dados de outras fontes. Aqui é disponibilizada uma visão única, comparada e evolutiva sobre o sistema educativo em Portugal nos últimos 15 anos, tendo em conta três eixos fundamentais: os alunos e as famílias; os professores e as escolas; e os recursos que o país dedica a esta área.

Anexo IX

Protocolos e Parcerias em Vigor

31/12/2018

Protocolos e parcerias

Altice Labs
Âmbito Cultural do El Corte Inglés
APEL, Associação Portuguesa
de Editores de Livros
Arquivo da RTP
Biblioteca Nacional de Portugal
Câmara Municipal de Lisboa
CMTV *Falar Global*
Concelho Nacional de Educação (CNE)
Correio da Manhã (jornal)
DESTAK (jornal)
Escola Nacional de Saúde Pública
da Universidade Nova de Lisboa
Expresso
Faculdade de Economia
da Universidade Nova de Lisboa
FPCE – Universidade de Coimbra
ICS da UL, Instituto de Ciências
Sociais da Universidade de Lisboa
IE da UL, Instituto de Envelhecimento
da Universidade de Lisboa
ISEG, Instituto Superior de Economia
e Gestão da Universidade
Técnica de Lisboa
Jardim Botânico Tropical
Jornal Económico
Observador (jornal digital)
Oceanário

Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva
Público (jornal)
Rádio Renascença
RBE, Rede de Bibliotecas Escolares
Revista *Visão*
RTP, Radiotevisão de Portugal
Sindicato dos Jornalistas
Teatro Thalia
Teatro Viriato
TVI e TVI24
Universidade da Madeira
Universidade de Aveiro, UA
Universidade de Coimbra, UC
Universidade de Lisboa, UL
Universidade do Minho, um
Universidade dos Açores
Universidade Nova de Lisboa, UNL
VASP
V-Dem: Varieties of Democracy

Protocolos (Fontes Pordata)

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Banco de Portugal (BP)
Direcção Regional de Estatística
da Madeira (DREM)
Serviço Regional de Estatística
dos Açores (SREA)
Assembleia da República (AR)
Procuradoria-Geral da República (PGR)
Comissão Nacional de Eleições (CNE)
Governo dos Açores
Sociedade Interbancária de Serviços (SIBS)
Instituto do Desporto de Portugal, I.P.
(IDP) / Instituto Português do Desporto
e da Juventude (IPDJ) – actual

Instituto Nacional de
Comunicações (ANACOM)
Entidade Reguladora dos Serviços
de Águas e Resíduos (ERSAR)
Ministério da Solidariedade
e da Segurança Social (MSSS) /
Ministério da Solidariedade, Emprego
e Segurança Social (MSESS) – actual
› Centro Nacional de Pensões
(CNP) / Instituto da Segurança
Social, I.P. (ISS) – actual
› Direcção-Geral da Segurança
Social (DGSS)
› Direcção-Geral do Emprego e das
Relações de Trabalho (DGERT)
› Gabinete de Estratégia e
Planeamento (GEP)
› Instituto de Emprego e Formação
Profissional (IEFP)
› Instituto de Gestão Financeira
da Segurança Social (IGFSS)
› Instituto de Informática (II)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior (MCTES) / Ministério da
Educação e Ciência (MEC) – actual
› Direcção-Geral do Ensino
Superior (DGES)
› Fundação para a Ciência
e a Tecnologia (FCT)
› Gabinete de Planeamento,
Estratégia, Avaliação e Relações
Internacionais (GPEARI) / Direcção-
-Geral de Estatística da Educação
e Ciência (DGEEC) – actual
› Gabinete de Estatística e Planeamento
da Educação (GEPE) / Direcção-Geral

- de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) – actual
- › Gabinete de Gestão Financeira (GGF) / Direcção-Geral de Planeamento e Gestão Financeira (DGPGF) – actual
- › Gabinete de Avaliação Educacional (GAVE)/ Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) – actual
- › Júri Nacional de Exames (JNE)
- › Rede de Bibliotecas Escolares (RBE)
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) / Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) – actual
- › Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- › Direcção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- › Instituto da Água, I.P. (INAG)
- Ministério da Justiça (MJ)
- › Direcção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- › Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)
- Ministério da Saúde (MS)
- › Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)
- › Direcção-Geral da Saúde (DGS)
- › INFARMED, Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde
- › Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA)
- Ministério da Cultura (MC) / Secretaria de Estado da Cultura (SEC) – actual
- › Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA)
- › Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) / Direcção Geral do Património Cultural (DGPC)
- › Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- › Teatro Nacional D. Maria II (TNDM II) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- › Teatro Nacional São João (TNSJ) / Organismo de Produção Artística (OPART)
- › Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)
- Ministério da Administração Interna (MAI)
- › Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)
- › Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI)/ Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)- actual
- › Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)
- Ministério das Finanças (MF) / Ministério do Estado e das Finanças (MEF) – actual
- › Caixa Geral de Aposentações (CGA)
- › Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE) / Direcção-Geral de Protecção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE) – actual
- › Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
- › Direcção-Geral dos Impostos (DGCI) / Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) – actual

- › Direcção-Geral do Orçamento (DGO)
- › Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF)
- › Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI)
- › Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP)
- Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (MAMAOT) / Ministério da Agricultura e do Mar (MAM) – actual
- › Autoridade Florestal Nacional (AFN) / Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- › Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA) / Direcção- Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – actual
- › Instituto de Meteorologia (IM) / Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) – actual
- › Ministério da Economia e do Emprego (MEE) / Ministério da Economia (ME) – actual
- › Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)
- › Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- › Turismo de Portugal, I.P
- › Departamento de Estatística da União Europeia (Eurostat)
- › Organização Internacional das Madeiras Tropicais (ITTO)
- › U.S. Bureau of Labour Statistics
- › Direcção-Geral Sociedade da Informação da Comissão Europeia (DG INFSO)
- › Agência Europeia do Ambiente (AEA)
- › Agência Internacional de Energia (AIE)
- Banco Central Europeu (BCE)
- Centro Comum de Investigação da Comissão Europeia (JRC)
- Centro Temático Europeu sobre o Ar e as Alterações Climáticas (ETC/ACC)
- Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa (UNECE)
- Comissão Europeia (CE)
- DG Acção Climática da Comissão Europeia (DG CLIMA)
- Institutos Nacionais de Estatística (INE)
- Ministério dos Assuntos Internos e Comunicações do Japão
- Nações Unidas (NU)
- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Instituto de Estatística (UNESCO-UIS)
- Organização Europeia de Patentes (EPO)
- Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Organização Mundial de Saúde (OMS)
- Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO)
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
- Statistics Bureau (Japão)
- U.S. Statistics Bureau
- União Internacional das Telecomunicações (UIT)

Anexo X

Órgãos Sociais da Fundação

31/12/2018

Conselho de Curadores

Alexandre Soares dos Santos, Presidente
Eduardo Marçal Grilo
José Soares dos Santos
Luís Amado
D. Manuel Clemente
Nuno Garoupa

Comissão de Vencimentos

Alexandre Soares dos Santos, Presidente
Eduardo Marçal Grilo
Luís Amado

Conselho de Administração

Jaime Gama, Presidente
António Araújo
António Lobo Xavier
David Lopes
Fátima Barros
Gonçalo Matias
Inês Soares dos Santos Canas
Maria Manuel Mota
Nuno Crato

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Jaime Gama, Presidente
David Lopes, Direcção-Geral
António Araújo, Direcção de Publicações
Gonçalo Matias, Direcção de Estudos

Conselho Fiscal

Henrique Soares dos Santos, Presidente
Paula Prado
Auditor Externo, EY

Anexo XI

Academia Pordata, Acções de Formação em 2018

Evolução de formações e formandos (total), desde o início do programa:

Total acumulado de formações e formandos presenciais

	Formandos	Formações
2010	1.070	70
2011	3.352	164
2012	3.644	136
2013	6.308	315
2014	10.717	486
2015	16.998	771
2016	17.802	690
2017	15.042	506
2018*	9.798	382
Total	84.731	3.520

Nota: Os valores representam o total das formações presenciais, independentemente das plataformas abordadas.

*Em 2018, a Academia Pordata passou a apostar num novo formato, a formação em cascata, formando professores do ensino secundário que irão posteriormente formar os seus alunos (que não constam desta tabela, apenas constando os professores).

N.º de utilizadores dos cursos *online* de formação Pordata

2016	1.748
2017	252
2018	1.100
Total	3.100

Nota: Os valores correspondem aos utilizadores dos dois cursos *online* disponibilizados pela Pordata.

Anexo XII

Vendas Acumuladas dos Ensaio da Fundação, 2010-2018

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Ensino do Português	1/jun	38,102
2	Economia Portuguesa	1/jun	26,596
3	Portugal: Os Números	1/jun	24,271
4	Justiça Fiscal	1/set	31,803
5	Difícil é Educá-los	1/out	20,899
6	Autoridade	1/out	10,423
7	Propriedade Privada: Entre o Privilégio e a Liberdade	1/out	9,648
8	Filosofia em Directo	1/jan	24,499
9	Segurança Social	1/jan	11,702
10	A Ciência em Portugal	1/jan	1,168
11	Economia, Moral e Política	1/abr	30,197
12	Discriminação da Terceira Idade	1/abr	9,007
13	Corrupção	1/abr	13,444
14	Portugal e o Mar	1/abr	12,690
15	Sondagens, Eleições e Opinião Pública	1/mai	6,780
16	A Televisão e o Serviço Público	1/jul	4,867
17	Os Atrasos da Justiça	1/jul	5,706
18	A Morte	1/jul	19,250
19	Ensaio Republicano	1/set	707
20	O Governo da Justiça	1/set	5,241
21	Liberdade e Informação	1/set	6,405
22	A Nova Medicina	1/jan	1,634
23	Classe Média: ascensão e declínio	1/jan	9,109
24	Portugal: dívida pública e o défice democrático	1/jan	12,596
25	Forças Armadas em Portugal	1/mai	6,178
26	O Envelhecimento da Sociedade Portuguesa	1/mai	7,196
27	Matemática em Portugal, Uma Questão de Educação	1/mai	5,915
28	O Ensino da História	1/out	3,628
29	Portugal, Portugueses: uma identidade nacional	1/out	7,284
30	A Crise, a Família e a Crise da Família	1/out	780
31	O Trabalho, Uma Visão de Mercado	1/jan	5,229
32	O Futuro do Estado Social	1/jan	7,048
33	Pela Sua Saúde	1/jan	6,078
34	Liberdade de Expressão	1/mai	4,149
35	Sobre a Morte e o Morrer	1/mai	4,664
36	A Sexualidade	1/mai	3,557
37	Os Investimentos Públicos em Portugal	1/out	3,914
38	Parcerias Público-Privadas	1/out	4,683
39	Portugal e a Europa: os números	1/out	4,290
40	Identidade Cultural Europeia	1/dez	8,832
41	Economia Paralela	1/jan	4,097
42	O Futuro da Floresta em Portugal	1/jan	4,612

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
43	Educação e Liberdade de Escolha	1/jan	4,523
44	Sons e Silêncio da Paisagem Sonora Portuguesa	1/mai	2,736
45	Migrações e Cidadania	1/mai	2,819
46	O Cancro	1/mai	6,147
47	Os Portugueses e o Mundo	1/out	3,578
48	Pseudociência	1/out	6,522
49	Sociedade Civil	1/out	2,605
50	Confiança nas Instituições Políticas	1/jan	464
51	Ética com razões	1/jan	5,096
52	Crianças e Famílias num Portugal em Mudança	1/mai	3,050
53	A Agricultura Portuguesa	1/mai	3,790
54	O Parlamento Português	1/mai	2,716
55	Adolescentes	1/set	5,046
56	Política Externa Portuguesa	1/set	3,248
57	O Dinheiro	1/set	2,881
58	Rússia e Europa	1/jan	5,144
59	Portugal e o Espaço	1/jan	1,570
60	Política e Entretenimento	1/jan	2,092
61	O Futuro da UE	1/mai	2,581
62	Portugal e o Atlântico	1/mai	2,668
63	Turismo em Portugal	1/mai	2,823
64	A Democracia na Europa	16/ago	2,366
65	Pessoas com Deficiência em Portugal	16/ago	2,023
66	Ambiente em Portugal	16/ago	2,454
67	O Valor da Arte	1/out	4,060
68	Crise e Crises	1/out	2,117
69	Portugal, um Perfil Histórico	1/out	4,637
70	Portugal: Paisagem Rural	1/jan	2,956
71	Portugal e o Comércio Internacional	1/jan	1,929
72	Euro e o Crescimento Económico	1/jan	2,303
73	Os Exportadores Portugueses	1/mai	1,647
74	Partidos e Sistemas Partidários	1/mai	2,432
75	O Sistema Político Português	1/mai	2,804
76	Futebol, o Estádio Global	1/set	1,128
77	A Universidade como Deve Ser	1/set	2,485
78	O Ensino Superior em Portugal	1/set	1,627
79	Qualidade da Democracia	1/jan	1,730
80	Hiperactividade e Défice de Atenção, Ausência e Procura de Si	1/jan	4,691
81	Nós e os Outros	1/jan	3,520
82	A Saúde Mental dos Portugueses	1/mai	3,517
83	As Pescas em Portugal	1/mai	1,726
84	Cinema e história: aventuras narrativas	1/mai	2,812
85	Envelhecimento e Políticas de Saúde	1/set	1,330
86	Ditadura e Democracia	1/set	1,611
87	Desperdício Alimentar	1/set	1,158
Total			560,040

Anexo XIII

Vendas Acumuladas dos Retratos da Fundação, 2014-2018

N.º	Título	Data de Lançamento	Total
1	Prematuros	1/mai	3,211
2	Portugal em Ruínas	1/mai	11,666
3	Longe do Mar	1/mai	4,571
4	Portugal de Perto	1/out	2,648
5	Terra Firme	1/out	3,253
6	Na Urgência	1/out	3,478
	<i>Pack Retratos</i>	1/nov	221
7	Malditos – Histórias de Homens e de Lobos	1/mar	6,061
8	Aleluia	1/mar	2,724
9	Atelier	1/mar	2,081
10	A Escola	1/mai	402
11	Os Últimos Marinheiros	1/mai	3,743
12	A Porteira, a Madame e Outras Histórias de Portugueses em França	1/mai	4,458
13	Telenovelas, Indústria e Cultura, Lda.	1/jan	2,027
14	Alentejo Prometido	1/fev	10,526
15	Esquadra de Polícia	1/fev	2,401
16	Arigato Eu	1/mai	2,791
17	Raízes	1/mai	448
18	Movimento Perpétuo	1/mai	2,919
19	Guardas de Passagem de Nível	1/fev	2,192
20	Em Nome da Filha	1/fev	1,363
21	Hotel, os Bastidores	1/fev	2,244
22	Peregrinos	1/abr	249
23	Vale a Pena	1/mai	516
24	Trás-os-Montes, o Nordeste	1/mai	4,146
25	Ajudar a Cair	1/set	726
26	Porto, Última Estação	1/set	1,568
27	Turista Infiltrado	1/set	1,918
28	Terapias, Energias e Outras Fantasias	1/fev	2,131
29	Filhos da Químio	1/fev	3,278
30	Com a Devida Vénia: diários dos tribunais	1/fev	1,267
31	No centro do poder: governo e administração em Portugal	1/mai	1,499
32	Da Costa	1/mai	1,885
33	Vida de Prisão	1/mai	1,646
34	Ainda Aqui Estou	1/set	1,735
35	Viver da Morte	1/set	906
	Total		98,898

A Equipa da Fundação em 2018



